A. Sedas Nunes *

A Universidade no sistema social português

— Uma primeira abordagem

A população estudantil das Universidades cresce de uma forma ininterrupta e cada vez mais ràpidamente. Estar-se-á, pois, em presença de uma espontánea «democratização» do acesso aos estudos superiores? Os dados disponíveis não permitem responder directamente a esta questão. Mas analisando informações àcerca das origens sociais e da distribuição por sexos dos estudantes, todas as conclusões convergem em sugerir que o acesso às Universidades continua reservado essencialmente a indivíduos provenientes das categorias sociais mais ou menos privilegiadas. Esses dados permitem igualmente determinar alguns aspectos fundamentais da posição ocupada e das funções sociológicas exercidas pela Universidade no sistema social português, em relação com a estrutura de classes.

1. Introdução: limitações e objectivos do estudo efectuado

1.1 Não se dispõe, em Portugal, de dados actualizados àcerca da composição social — isto é: da composição por estratos ou classes sociais de origem — da população estudantil universitária. Toda a informação mais ou menos fidedigna, susceptível de ser utilizada para a analisar, é ainda a que Rui MACHETE reuniu num artigo publicado em 1968 [1], o qual não contém, para o conjunto daquela população, dados posteriores ao ano lectivo de 1963-64.

---

* Em algumas das operações respeitantes à elaboração do presente texto participaram Maria Eduarda CRUZEIRO (análise das naturalidades dos alunos universitários) e José David MIRANDA (análise das origens sociais dos estudantes). Realizado no âmbito do Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação

Acresce a falta absoluta de séries cronológicas que, a existirem constituídas segundo critérios diacrònicamente homogéneos, permitiriam examinar a evolução, não apenas das características do recrutamento social dos estudantes, mas também de certos aspectos fundamentais das relações entre essa mesma evolução e outras alterações estruturais da sociedade portuguesa.

Estas carências de informação empírica são tanto mais lastimáveis quanto é certo que o incessante aumento do número dos alunos inscritos nas Universidades do Continente suscita interrogações para as quais interessaria — e não sòmente por motivos de pura curiosidade científica — obter respostas devidamente fundamentadas. De que zonas da estrutura social provém essa massa, que constantemente se avoluma, de estudantes? Em que proporções concorrem, para um tal crescimento, os diversos estratos e classes da sociedade? Até que ponto, para os jovens oriundos das várias categorias sociais, a expansão dos efectivos discentes significa subida das correspondentes taxas de escolarização universitária? Qual a efectiva amplitude das desigualdades sociais no acesso aos níveis de instrução proporcionados pelas Universidades? Como têm evolucionado tais desigualdades? Está-se verificando alguma tendência para a sua progressiva redução? Ou, pelo contrário, as desigualdades mantêm-se, se é que não se alargam [2]? Que representa o afluxo de estudantes às Universidades, no qua-

---

Calouste Gulbenkian, este trabalho também beneficiou no entanto da colaboração de José Manuel ROLO (cálculo e crítica de indicadores estatísticos), que simultâneamente tomou parte, com Maria de Lourdes LIMA DOS SANTOS, João FERREIRA DE ALMEIDA e José MADUREIRA PINTO, na discussão e apreciação a que todo o estudo foi submetido. O autor, responsável único pelo texto que publica, agradece todas as colaborações, críticas e sugestões que recebeu, bem como os dados que lhe forneceram o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, o Instituto Nacional de Estatística e a CODES.

[1] Vd. Rui MACHETE, « A origem social dos estudantes portugueses», *Análise Social*, VI (20-21), 1968, pp. 213-247.

[2] Conforme notam Pierre BOURDIEU e Jean-Claude PASSERON (in *La Reproduction. Eléments pour une Théorie du Système d'Enseignement*, Paris, Ed. Minuit, 1970, p. 259), «àqueles que concluem que há 'democratização' do público das Faculdades quando aumenta o volume global da população escolarizada no ensino superior, importa recordar que este fenómeno morfológico pode recobrir tanto uma perturbação do *statu quo* ou mesmo, em certos casos, uma regressão da representação das classes desfavorcidas, como um alargamento da base social do recrutamento. O acréscimo da taxa de escolarização duma classe de idade pode, com efeito, operar-se em benefício quase exclusivo das categorias sociais que eram já as mais escolarizadas ou, pelo menos, proporcionalmente à repartição anterior das desigualdades de escolarização». Por outro lado, «o aumento da parte dos estudantes originários de uma determinada categoria social, como os operários ou os empregados inferiores, pode resultar, não do aumento das oportunidades de acesso dos adolescentes saídos dessa categoria ao ensino superior, mas duma simples ampliação da importância numérica de tal categoria na população activa».

dro dos movimentos de mobilidade social em curso na sociedade portuguesa? Em que medida o acesso à educação universitária constitue, em Portugal, um processo autónomo de ascensão na escala social, ou tão sòmente o segmento terminal e/ou de consolidação de percursos sociais ascendentes prèviamente efectuados através de outros canais de mobilidade, ou ainda um processo de defesa e conservação de situações já desfrutadas na sociedade?

1.2 Questões desta índole — que, de momento, não procurámos formular em termos pròpriamente rigorosos — relacionam-se estreitamente com *um* aspecto, sem dúvida não o único, nem porventura o fundamental, mas de todo o modo especialmente importante [3], da posição ocupada e das funções sociológicas exercidas pela Universidade no sistema social português, quer no que respeita aos seus mecanismos de funcionamento, quer no que se refere à sua dinâmica transformacional. E supomo-nos dispensados de insistir na relevância, que se nos afigura suficientemente óbvia, de que se revestiria, como contributo para a análise sociológica das características estruturais da sociedade portuguesa e das mudanças a que se encontra sujeita, a possibilidade de lhes responder adequada e exaustivamente, o que precisamente nos está vedado, como adiante se verá, por falta de informação.

Em contrapartida, parece-nos oportuno salientar que também de um ponto de vista «utilitário» — que evidentemente não é aquele que adoptaremos neste lugar, mas que convém, ao menos por uma vez, referir —, seria vantajoso que tal possibilidade se realizasse. O conhecimento da composição social da população estudantil universitária, das modificações que nela se vão produzindo, dos processos sociais que determinam ou por alguma forma influenciam a acorrência de jovens às Universidades, tornaria viável estabelecer, àcerca do crescimento dessa população e da sua repartição pelos diferentes ramos do ensino superior, previsões muito mais seguras do que as que se fundam em meras extrapolações estatísticas (as quais, aliás, no caso português, têm sido sistemàticamente desmentidas pelos factos). Sabe-se, por exemplo, que as origens sociais dos estudantes têm significativas incidências nas suas «escolhas» dos cursos e, por conseguinte, na distribuição global da massa discente pelos diversos sectores do sistema universitário. Por outro lado, desde que se dispusesse dos elementos de informação e previsão, de que actualmente carece-

[3] É precisamente essa importância que, em grande parte, explica, supomos, o avultado número de pesquisas que investigadores das mais diversas orientações teóricas e ideológicas, e tanto de países capitalistas como de nações socialistas, têm dedicado ao tema sobre o qual nos debruçamos no presente artigo.

mos, atinentes à base social do recrutamento do «estudantado», as estimativas das «necessidades sociais» da população estudantil [4], bem como dos equipamentos e encargos indispensáveis para futuramente lhes responder em condições satisfatórias, tornar-se-iam manifestamente menos incertas do que as actualmente praticáveis.

Considerações desta ordem induzem-nos, aliás, a admitir que o próprio imperativo de racionalizar a gestão do sistema universitário, que é exactamente um dos sectores da sociedade portuguesa que têm vindo a tornar-se mais difícilmente geríveis, levará provàvelmente a que, dentro de um prazo não muito longo, venha a ser instituído em Portugal um mecanismo oficial de recolha e tratamento da informação a que nos referimos [5]. Até agora, só tem podido, de facto, ser obtida a título esporádico e mercê de iniciativas particulares. Se esta situação vier efectivamente a modificar-se, só se pode desejar que à informação recolhida seja dada inteira e regular publicidade, a fim de que, para além dos serviços que preste aos gestores do sistema, possa oferecer aos investigadores o precioso material de análise que representa e que lhes tem faltado.

1.3 Entretanto, as privações de dados com que nos defrontamos não são absolutamente impeditivas, conforme no presente artigo mostraremos, de que se tente *uma primeira abordagem,* cujas principais limitações ressaltarão dos próprios termos em que será efectuada, da temática acima referida.

Uma das finalidades da tentativa que seguidamente se expõe, será a de desenhar *alguns dos traços* (aqueles que a insuficiente informação disponível permite captar) do quadro descritivo de *uma situação,* tal como ela se configurava em determinado momento ainda não demasiado distante do actual. Por outro lado, teremos em vista propor *algumas hipóteses,* susceptíveis de serem retomadas em estudos ulteriores, àcerca da *dinâmica social evolutiva* que essa mesma situação sugere, quando enquadrada por (e examinada à luz de) certos elementos informativos que as próprias estatísticas oficiais da Educação nos fornecem.

Toda a pesquisa arrancará de uma interrogação inicial cujo alcance é relativamente limitado: a de se *o acesso* às Universi-

[4] Designadamente no que respeita a alojamentos, alimentação, saúde, etc.

[5] O Gabinete de Investigações Sociais tem cooperado com o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (G. E. P. A. E.) num projecto que visa a realização *anual* de recenseamentos da população discente do ensino superior, mediante os quais se recolheriam, além de muitos outros, dados respeitantes às origens sociais dos alunos desse grau de ensino.

dades está ou não a «democratizar-se» na sociedade portuguesa. Desembocará num esboço de resposta a uma questão muito mais ampla — a da natureza das *relações entre as Universidades e a estrutura de classes em Portugal.* Note-se todavia: por imposição das características e escassez dos dados com que trabalharemos, apenas nos será possível focar essa questão numa das múltiplas dimensões que comporta.

Num primeiro passo, que vai de 2.2 a 2.9, procederemos à exploração metódica, sob a perspectiva que acabamos de indicar, de informações respeitantes às naturalidades dos alunos universitários. Razões que apontaremos na parte final de 2.9 aconselharam-nos a incluí-la neste texto, se bem que, consoante se terá oportunidade de ver, poderíamos ter prescindido de a expor. Por este motivo, o leitor bàsicamente interessado no essencial poderá sem apreciável desvantagem saltar directamente de 2.1 para o n.º 3, onde a partir de dados atinentes às origens sociais da população estudantil se inicia um percurso analítico que, sem soluções de continuidade, o levará até às conclusões terminais.

2. Primeiro passo: as naturalidades dos estudantes

2.1 Partamos de um facto: o vultoso crescimento, cujo ritmo tem vindo a acentuar-se, da população estudantil das Universidades [6]. Com efeito, o número dos estudantes, que em 1949/50 era de apenas *13,1* milhares, subiu para *18,3* milhares em 1959/60, atingindo em 1969/70, segundo o mais recente volume publicado pelo I.N.E. das *Estatísticas da Educação,* a cifra de *40,4* milhares. Deste modo, enquanto no primeiro dos dois últimos decénios para os quais se possue informação, o acréscimo não excedeu *40 %,* no segundo foi superior a *120 %.* Calculando taxas bi-anuais de crescimento entre os anos lectivos de 1954/55 e 1968/69, Maria Eduarda CRUZEIRO obteve a seguinte série de valores: 1954/55-1956/57 — *7,7 %;* 1956/57-1958/59 — *9,1 %;* 1958/59-1960/61 — *14,5 %;* 1960/61-1962/63 — *11,8 %;* 1962/63-1964/65 — *15,1 %;* 1964/65-1966/67 — *17,2 %;* 1966/67-1968/69 — *20,2 %* [7]. Acrescente-se que, entre 1968/69 e 1969/70, ou seja: num só ano, a taxa de aumento foi de *11,9 %,* o que significa o prosseguir do movimento de *aceleração do ritmo de expansão,* movimento que anteriormente apenas no biénio 1960/61-1962/63 acusara uma quebra.

---

[6] Além dos alunos das instituições universitárias, incluímos nessa população os dos cursos de Arquitectura das Escolas Superiores de Belas-Artes.

[7] Cfr. Maria Eduarda CRUZEIRO, «A população universitária portuguesa: alguns comentários sobre dados estatísticos recentes», *Análise Social,* VIII (32), pp. 721-740.

Em suma: a população universitária, não sòmente cresce de uma forma ininterrupta, como se expande cada vez mais ràpidamente. *Estar-se-á, pois, em presença de uma espontânea e progressiva «democratização» do acesso às Universidades?*

2.2 Buscando elementos de resposta para a interrogação que acabamos de levantar, iremos procurá-los inicialmente entre os dados disponíveis àcerca das *naturalidades* dos estudantes. Seria evidentemente mais correcto trabalhar sobre informações respeitantes à distribuição territorial dos seus *domicílios familiares,* a qual decerto não coincide exactamente, em consequência dos movimentos de mobilidade geográfica, com a dos respectivos lugares de nascimento. Informações dessa natureza não existem, porém. Por este motivo, sem ignorar que a repartição regional das naturalidades impõe uma imagem deformada da representação do real que nos propomos focar, mas não dispondo de meios que permitam corrigir tal deformação, só nos resta a alternativa de tomar essa imagem como substituto aproximado daquela que nos não é possível obter.

Em 1963/64, foi realizado pela CODES um recenseamento geral da população estudantil portuguesa [8], através do qual nos é possível conhecer a sua composição percentual por naturalidades, nesse ano. Os dados de tal recenseamento [9] podem ser confrontados com os de anos lectivos anteriores a 1957/58, data em que o Instituto Nacional de Estatística deixou de publicar informação útil àcerca deste ponto. No *Quadro n.º 1* — cujos dados àcerca dos distritos do Continente em 1963/64 se encontram gràficamente representados na *Figura n.º 1* — uma comparação acha-se efectuada, por distritos, com os anos de *1950/51* e *1940/41*. O primeiro destes anos marca o início do que, forçando um pouco o sentido das palavras, se poderá designar como «década do desenvolvimento industrial» no nosso país. O segundo, que é o mais recuado, pode considerar-se que, sob o ponto de vista da evolução estrutural da sociedade portuguesa, pertence ainda ao período ante-Guerra Mundial.

---

[8] Este recenseamento foi efectuado para a partir dele ser escolhida a amostra a que seria feito o «Inquérito à Situação e Opinião dos Universitários», que a Juventude Universitária Católica havia encomendado à CODES.

[9] Infelizmente incompleto, pois apenas cobriu 20287 alunos, de um total oficialmente apurado de 24 758. Admitiremos, em todos os cálculos adiante apresentados, que os 4471 alunos não-recenseados pela CODES se distribuiam pelas diversas parcelas do total, na exacta proporção em que estas participavam na totalidade recenseada por aquele organismo.

Repartição percentual, por naturalidades, da população estudantil das Universidades

QUADRO 1

Naturalidades \ Anos lectivos	1963/1964	1950/1951	1940/1941
1	2	3	4
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Metrópole	*92,2*	*91,8*	*92,5*
Continente	88,1	88,5	88,5
Aveiro	4,7	4,5	4,7
Beja	1,7	1,9	1,6
Braga	3,7	3,0	3,0
Bragança	2,0	2,2	2,4
Castelo Branco	3,2	3,4	3,3
Coimbra	6,8	7,3	6,2
Évora	2,1	2,3	2,1
Faro	3,0	3,7	4,3
Guarda	3,6	3,6	3,8
Leiria	2,8	2,8	2,4
Lisboa	25,3	25,6	27,6
Portalegre	1,7	1,8	1,7
Porto	14,7	12,0	11,8
Santarém	3,7	4,3	4,4
Setúbal	2,1	2,2	1,6
Viana do Castelo	1,4	1,2	1,4
Vila Real	2,2	2,6	2,5
Viseu	3,5	3,9	3,7
Ilhas	4,1	3,3	4,0
Ultramar	*6,9*	*6,6*	*5,4*
Estrangeiro	*1,0*	*1,6*	*2,1*

FONTES: Para 1963/64, o recenseamento da população universitária efectuado pela CODES; para 1950/51 e 1940/41, I. N. E., *Estatísticas da Educação.*

Repartição, por distritos de naturalidade, dos estudantes, em 1963/64

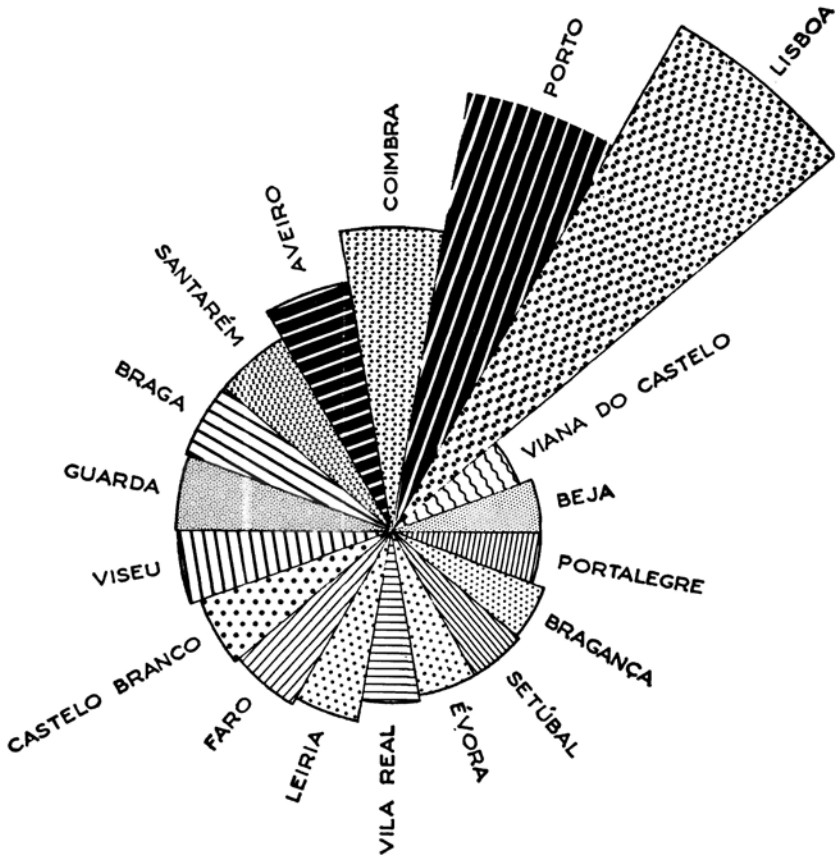


Figura n.º 1

Comecemos por observar a distribuição respeitante a 1963/64 [10]. Um agrupamento possível dos valores que aí se apresentam conduz aos seguintes resultados:

Estudantes naturais dos distritos de Lisboa e Porto	40,0 %
Estudantes naturais dos restantes distritos do Continente e Ilhas	52,1 %
Estudantes naturais do Ultramar e do Estrangeiro	7,9 %

Em contrário do que frequentemente se supõe, verifica-se que a maior parte dos estudantes universitários não era, à data do mencionado recenseamento, oriunda dos grandes centros do Continente, mas do que vulgarmente se chama «a província». Os distritos de Lisboa e do Porto, embora fortemente representados nas Universidades, não forneciam a estas mais de 40 % dos seus efectivos: os restantes 60 %, ou eram de origem «provinciana», ou não haviam nascido na Metrópole.

Focando pròpriamente o confronto com os anos de 1950/51 e 1940/41, desde logo ressalta a franca similitude dos perfis das três distribuições. Decerto, houve algumas mudanças assinaláveis, nomeadamente o reforço da posição do Porto no conspecto geral e um certo enfraquecimento paralelo da de Lisboa. Mas não se apreende, de 1940/41 a 1963/64, *nenhuma alteração profunda nas condições diferenciais do recrutamento estudantil nas diversas zonas do país.*

Agrupando os dados de 1950/51 e 1940/41 segundo o esquema de rubricas utilizado para condensar os de 1963/64, obtêm-se os valores que a seguir se indicam:

	1950/51	*1940/41*
Estudantes naturais dos distritos de Lisboa e Porto	37,6 %	39,4 %
Estudantes naturais dos restantes distritos do Continente e Ilhas	54,2 %	53,1 %
Estudantes naturais do Ultramar e do Estrangeiro	8,2 %	7,5 %

A semelhança das três distribuições, uma vez sintetizadas, acentua-se notòriamente. A de 1963/64 surge quase idêntica à de 23 anos antes.

Pelo que aparentemente significam e pelos caminhos que

[10] Vd. *coluna 2* do Quadro sob análise.

abrem a pesquisas ulteriores, estes resultados merecem mais alguma atenção que seguidamente lhes prestaremos.

2.3 Em Portugal, como em muitos outros países que estão a atravessar um processo de análogas mudanças socio-económicas, *ainda* perdura e se estende — à margem e ao redor de certas zonas «privilegiadas» por uma notória concentração de elementos materiais e culturais da *civilização capitalista moderna* — toda uma área social consideràvelmente mais extensa que, sem embargo de recentemente ter entrado num movimento de rápidas transformações, desencadeadas sobretudo pelo surto migratório para o exterior, continua largamente marcada por estruturas e formas *tradicionais* de vida, de trabalho e de cultura. Ora, aquelas zonas «privilegiadas» localizam-se, principalmente, nos distritos de Lisboa e do Porto [11], de tal sorte que a clássica distinção entre

---

[11] Vd. A. SEDAS NUNES, «Portugal, sociedade dualista em evolução», *Análise Social*, II (7-8), 2.º sem. 1964, ou, em versão corrigida e preferível, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes, 2.ª ed., 1969, Cap. II da 2.ª Parte. A expressão «sociedade dualista», que utilizámos, tem sido recusada por certos estudiosos, com base em vários argumentos, principalmente os seguintes: 1.º) a formação dos dois polos, o «tradicional» e o «moderno», do «dualismo» considerado, deve ser entendida como *efeito de um mesmo* processo histórico-evolutivo global da sociedade; 2.º) as mútuas *relações*, e não as meras *diferenças*, entre por um lado as regiões, os sectores e os grupos «tradicionais» e por outro as regiões, os sectores e os grupos «modernos» são elementos da estrutura e do funcionamento de *uma mesma* formação económica e social; 3.º) sublinhando a dualidade «tradicional/moderno», ocultam-se a estrutura de classes e as relações de dominação que lhe estão associadas. Este último argumento parece-nos improcedente: nós próprios *esboçámos* no texto supra-citado (cfr. *Sociologia e Ideologia...*, pp. 235-239) algumas linhas de uma pesquisa que revela a perfeita compatibilidade, com uma análise em termos de classes sociais e de relações entre classes, de um trabalho analítico que se socorra do conceito de «dualismo». Nesta mesma orientação se situam estudos mais recentes, por exemplo de Luis BELTRÁN («Dualisme et pluralisme en Afrique Tropicale indépendante», *Cahiers Internat. de Sociologie*, XLVII, 1969, pp. 93-118) e de Lucien V. THOMAS («Dualisme et domination en Afrique Noire», in *Sociologie de l'Impérialisme*, sous la direction de Anouar ABDEL-MALEK, Paris, Anthropos, 1971, pp. 141-180). Quanto aos outros dois argumentos, já aquando da 1.ª edição (1968) de *Sociologia e Ideologia...*, observámos que os aceitamos inteiramente, mas não vimos então neles motivo para alijar a expressão «sociedade dualista» (cfr. p. 156 da obra citada). Mais convincente se nos afigura a argumentação de Alberto MARTINELLI («Dualisme et théorie du développement», in *Sociologie de l'Impérialisme*, cit., pp. 591-609), no sentido de apontar a conveniência de substituir *o termo* «dualismo» por outras expressões, como por exemplo a de «heterogeneidade estrutural». Este Autor, mostrando que o recurso ao conceito designado por «dualismo» tem servido frequentemente para efectuar análises às quais subjaz uma ideologia conservadora ou pró-capitalista, propõe, para evitar equívocos, o abandono *dessa designação;* insiste, porém, em que «a rejeição [do termo] dualismo não deve significar, como certos autores [Gunder FRANK, A. EMMANUEL, S. AMIN] o pensam, esquecimento da heterogeneidade interna dos países subdesenvolvidos ou da coexistência de relações sociais dife-

estes e «a província» pode hoje ser descrita, até certo ponto, em termos de contraste entre uma *modernidade capitalista* relativamente desenvolvida e uma *tradicionalidade* (que não deixa de conter igualmente, além de outras, relações de tipo capitalista) ainda fortemente caracterizada, se bem que em desagregação. Aliás, esta desagregação de modo algum significa que os níveis de desenvolvimento e as estruturas socio-económicas tendam a homogeneizar-se em todo o território.

Sendo assim, constatar que os alunos de origem «provinciana» predominam — em proporção não despicienda — sobre os naturais dos grandes centros, implica desde logo reconhecer que a população estudantil que aflue às Universidades portuguesas será certamente portadora, na medida em que tal predomínio se mantenha, de fortes influências socio-culturais *tradicionais*. Por outro lado, leva a esperar que tais influências se manifestem nos comportamentos, atitudes, opiniões e quadros mentais de amplas parcelas do «estudantado» nacional, ainda que em conjugação e interacção com as que os próprios «meios universitários» e os respectivos «meios urbanos» envolventes não podem deixar de exercer sobre essas fracções daquela população. Infelizmente, nada sabemos àcerca das origens regionais dos estudantes, depois de 1963/64.

Mas, para além desta primeira observação, atinente à população universitária enquanto categoria social com determinadas características socio-culturais, outras devem ser feitas, que mais directamente se prendem ao tema que, embora (como já notámos) só muito parcialmente nos seja possível submeter a análise, é o que centralmente nos interessa neste lugar: a posição e função das Universidades no sistema social português.

2.4 A primeira observação que se nos afigura indispensável salientar é a de que a desigualdade entre, de um lado, os distritos de Lisboa e do Porto, e do outro, todos os mais, aparece *muito menos vincada,* no que se refere às respectivas participações na população estudantil, do que em relação à generalidade dos indicadores de nível económico e social.

Sem dúvida, aqueles dois distritos, que em 1963 apenas conteriam *32 %* da população residente no território continental [12],

---

rentes, sob o modo de produção capitalista» *(loc. cit.,* p. 609). De facto, se é certo que tal heterogeneidade (o «dualismo») é *efeito* de um processo histórico-evolutivo global, também é exacto que, dialècticamente, opera como *contexto condicionante* da forma como esse mesmo processo se desenrola no tempo. Em breve e parcial apontamento, procurámos mostrá-lo, para o caso português, na parte final, e mais especialmente no § 5.5, do texto seguinte: A. SEDAS NUNES e J. David MIRANDA, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social,* VII (27-28), 1969, pp. 333-381.

forneceram, na mesma data, às Universidades, *45 %* dos alunos nele nascidos. Entretanto, porém, geravam *52 %* do produto industrial do Continente [13] e englobavam igualmente *52 %* do pessoal ocupado na indústria [14].

Um ano antes era neles que se concentravam — por exemplo e para colher dados em três domínios apenas, mas muito diferentes — *61 %* dos médicos, *69 %* das empresas societárias e *72 %* dos telefones particulares [15]. Assim, o «privilégio» de Lisboa e do Porto não aparece, à data, de nenhum modo tão nítido no acesso à educação universitária quanto nas mais correntes expressões do desenvolvimento socio-económico.

Este ponto requer que mais demoradamente o examinemos, na medida em que os dados disponíveis o permitem.

2.5 Para o efeito, tomemos o *Quadro n.º 2,* respeitante apenas aos distritos do Continente e onde estes se encontram ordenados segundo os valores decrescentes das taxas de escolarização universitária em 1963/64 [16]. Para cada distrito, o quadro fornece as correspondentes capitações de produto interno e de produto industrial — tomadas como indicadores dos respectivos estádios de crescimento económico —, bem como a percentagem de população urbana relativamente à população distrital [17].

De imediato sobressai que distritos, como os de Aveiro e Setúbal, cujas posições nas escalas dos indicadores de estádio de crescimento económico são das mais altas do país, se localizam em níveis manifestamente baixos no que se refere à amplitude do acesso da sua juventude às Universidades. Particularmente impressivo — e, veremos, significativo — é *o caso de Setúbal,* que, ostentando a mais elevada capitação de produto industrial do Continente, figura todavia *no extremo inferior da lista,* enquanto

---

[12] Segundo estimativas do I. N. E., no *Anuário Estatístico* de 1963.

[13] Segundo estimativas do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

[14] Vd. A. SEDAS NUNES, Vitor FERREIRA e Joaquim AGUIAR, «Níveis de instrução na indústria portuguesa», *Análise Social,* VII (27-28), pp. 321-381, em especial o Quadro 2.

[15] Vd., no texto de A. SEDAS NUNES citado na nota 11, o Quadro n.º 6.

[16] A fim de calcular os valores destas taxas, tomámos as populações com 15 a 24 anos em 1960, considerando-as como representativas das populações de 18 a 27 anos em 1963. As taxas devem estar sobre-avaliadas, porque, como mostrámos em trabalho anterior («A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», *Análise Social,* VI (22-23-24), 1968, pp. 295-385), uma parte muito considerável dos alunos universitários tinha em 1963, e continua a ter, idades *superiores* a 27 anos.

[17] População urbana = população dos «centros urbanos». De acordo com o critério do I. N. E., adoptado no Censo de 1960 e ao qual tivemos de sujeitar-nos, «centro urbano» é «a capital de distrito e a localidade, qualquer que fosse a sua categoria legal (cidade, vila, etc.), que, na área urbana demarcada pela Câmara Municipal respectiva, contasse 10 000 ou mais habitantes».

Taxas de escolarização universitária, capitações de produto interno e de produto industrial e percentagens de população urbana, no Continente e em cada um dos Distritos

QUADRO 2

	Taxas de escolarização universitária em 1963/64 (‰)	Capitações distritais de produto interno em 1963 (Escudos)	Capitações distritais de produto industrial em 1963 (Escudos)	Percentagens de população urbana nas populações distritais (1960)
1	2	3	4	5
1. Lisboa	28,8	17 094	6 229	65,1
2. Coimbra	23,8	7 048	1 747	13,2
3. Guarda	19,3	5 198	725	3,2
4. Porto	18,5	10 382	4 307	37,7
CONTINENTE	16,1	9 367	3 221	23,3
5. Faro	15,1	6 573	1 261	14,9
6. Castelo Branco	14,9	6 403	1 930	12,0
7. Évora	13,8	8 644	1 283	11,0
8. Aveiro	13,5	9 132	4 848	7,9
9. Portalegre	13,2	8 268	1 085	12,1
10. Bragança	12,3	5 516	550	3,5
11. Santarém	12,3	7 500	2 249	3,6
12. Viseu	10,9	5 120	906	3,5
13. Leiria	10,2	7 387	2 522	7,3
14. Vila Real	10,0	5 285	588	7,2
15. Braga	9,5	6 334	2 801	10,8
16. Beja	9,2	6 920	960	5,7
17. Setúbal	8,3	14 244	6 982	40,2
18. Viana do Castelo	8,2	4 826	1 072	5,1

NOTA: As taxas de escolarização universitária representam o número de estudantes naturais de um dado distrito, por cada 1000 indivíduos com 18-27 anos de idade residentes no mesmo distrito.

FONTES: Para (2), CODES, Recenseamento da população universitária em 1963/64, e I. N. E., *X Recenseamento Geral da População*, 1960; para (3) e (4), estimativas do produto interno dos distritos em 1963, fornecidas do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, e I. N. E., População residente calculada para o meio do ano, por distritos, *Anuário Estatístico*, 1963; para (5), A. SEDAS NUNES, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes, 2.ª ed., 1969.

Coimbra, muito mais fracamente industrializada, e a Guarda, com uma das capitações de produto industrial mais exíguas, ocupam respectivamente o 2.º e 3.º lugares, logo abaixo de Lisboa e acima do Porto. Visualmente, não se descobre pois qualquer ligação clara entre estádio de crescimento económico (e, mais especialmente, grau de industrialização) regional, por um lado, e intensidade regional da escolarização universitária, por outro. Pelo contrário, detectam-se algumas evidentes «anomalias», relativamente a uma ligação que se estaria espontâneamente predisposto a supor que existisse.

A fim de melhor aclarar este ponto, correlacionámos estatìsticamente, pela fórmula de Pearson [17a], a série dos valores respeitantes às taxas distritais de escolarização universitária com cada uma das outras séries. Os resultados obtidos foram os que seguidamente se apontam:

a) Correlação com as capitações de produto interno ..... $r=+0{,}46$
b) Correlação com as capitações de produto industrial ..... $r=+0{,}27$
c) Correlação com as percentagens de população urbana ..... $r=+0{,}56$

Excluíndo os três casos que nos apareceram como especialmente «anómalos» — ou seja: Coimbra, Guarda e Setúbal —, e trabalhando apenas com os dados respeitantes aos quinze outros distritos, calculámos os respectivos valores de *r*. Obtivemos:

a') Correlação com as capitações de produto interno ..... $r=+0{,}91$
b') Correlação com as capitações de produto industrial ..... $r=+0{,}73$
c') Correlação com as percentagens de população urbana ..... $r=+0{,}93$

Sobre o que significam ou sugerem estes dois conjuntos de resultados do ponto de vista que aqui nos interessa, importa que, mau grado a inviabilidade de amplos desenvolvimentos ou aprofundamentos, nos debrucemos com algum cuidado. A natureza da informação disponível obrigar-nos-á, porém, a raciocínios um pouco árduos.

Convém primeiramente notar que o confronto do segundo

[17a] $r=\Sigma\, x \,.\, y/\sqrt{\Sigma\, x^2 \,.\, \Sigma\, y^2}$. Pela fórmula de Bavrais-Pearson [$r=\Sigma\,(x-\bar{x})\,.\,(y-\bar{y})/\sqrt{\Sigma\,(x-\bar{x})^2\,.\,\Sigma\,(y-\bar{y})^2}$], obteve-se: *a*) $r=+0{,}54$; *b*) $r=+0{,}35$; *c*) $r=+0{,}64$.

com o primeiro dos dois conjuntos de valores de r confirma o carácter «anómalo» da situação verificada nos três referidos distritos. Com efeito, excluíndo-os dos cálculos, encontra-se uma forte correlação das taxas de escolarização universitária, quer com as capitações de produto interno, quer, e ainda mais, com as percentagens de população urbana; e a correlação com as capitações de produto industrial, apesar de nìtidamente mais fraca, nem por isso surge insignificativa. Pelo contrário, incluíndo-os, sòmente com o grau de urbanização subsiste a hipótese de as taxas de escolarização universitária terem uma ligação positiva. Os valores a e b de r são, na verdade, demasiado baixos.

Quanto ao distrito de Coimbra, pode admitir-se, a título de conjectura muito plausível, que a presença nele de uma Universidade — que é exactamente a mais antiga do país e por isso beneficia seguramente de um forte atractivo tradicional — é susceptível de explicar em grande parte a sua alta escolarização universitária. Será, no entanto, indispensável conjugar essa circunstância, por um lado com as características sociológicas da capital distrital (cidade de certa dimensão, não industrial, onde as «classes médias» parecem ocupar quantitativamente uma posição relativa vultosa), e por outro com o fraco dinamismo económico da região, o qual, porque presumìvelmente não oferece às médias burguesias locais oportunidades satisfatórias de mobilidade ascendente, pode operar como incitamento adicional à procura de títulos académicos [17b]. No que se refere ao distrito da Guarda, não nos é possível sugerir explicações para a singularidade do seu caso: apenas pudemos averiguar que esta não é recente, porquanto já nas últimas décadas do século XIX os estudantes naturais desse distrito matriculados na Universidade eram comparativamente numerosos [17c]. Parece, pois, tratar-se de um fenómeno com longínquas raízes histórico-sociais cuja natureza ignoramos. Resta a «anomalia» de Setúbal, tanto mais frisante quanto é certo verificar-se aí proximidade do maior «complexo universitário» de Portugal. Dela nos ocuparemos adiante.

Simplesmente: tais «anomalias» — e muito particularmente a de Setúbal —, bem como o facto de (ao invés do que, na linha de certos pressupostos correntes, se poderia ser levado a esperar) a escolarização universitária não aparecer fortemente correlacionada com as capitações do produto industrial mesmo quando os

---

[17b] Conjugando os dados do *Quadro n.º 2* com os do *Quadro n.º 3*, é-se levado justificadamente a admitir que o *concelho de Coimbra* era, em 1963/64, entre todos os concelhos do Continente (incluindo os de Lisboa e Porto), aquele onde a taxa de escolarização universitária se situava *em nível mais elevado.*

[17c] Vd. em José Sílvestre RIBEIRO, *História dos Estabelecimentos Scientíficos, Litterários e Artísticos de Portugal,* Lisboa, 1871-1893, 18 vols., os dados estatísticos aí insertos.

distritos «anómalos» se eliminam dos cálculos, obrigam-nos a submeter a interrogação mais atenta o significado das diferenças inter-distritais na intensidade do acesso às Universidades. Ao fazê-lo, dois pontos desde logo ressaltam. Por um lado, uma vez que os coeficientes *b* e *b'* (correlação com as capitações do produto *industrial*) são precisamente os mais baixos dos respectivos conjuntos de valores de *r*, parece necessário concluir — não só para os distritos «anómalos», mas inclusivamente para os restantes — que *não é com as desigualdades inter-distritais quanto a grau de industrialização que se devem relacionar causalmente as disparidades registadas entre os vários distritos quanto à taxa de escolarização universitária.* Por outro lado, a circunstância de os valores *c* e *c'* (correlação com as percentagens de população urbana) serem os mais altos sugere imediatamente — dado que nos «centros urbanos» a composição social da população apresenta, relativamente às «zonas rurais», características diferenciais muito nítidas [17d] — que *a variável mais directamente ligada com as diferenças inter-regionais de escolarização universitária é exactamente a composição social da população, que de facto varia sensìvelmente de distrito para distrito.*

2.6 A hipótese de uma relação positiva entre grau de urbanização e taxa de escolarização universitária não é de modo algum surpreendente. Pelo contrário: o que em certa medida surpreende, e deve por isso ser objecto de reflexão suplementar, é que a correlação entre as duas variáveis, para a totalidade dos dezoito distritos do Continente, se revele fraca.

Efectivamente, *a priori* ser-se-ia levado a supor, em vista do «arcaísmo» e da pobreza dominantes na generalidade das «zonas rurais» portuguesas, que, em confronto com essas zonas e quanto a ingresso dos jovens em cursos universitários, os «centros urbanos» se mostrariam, em conjunto, *indiscriminadamente mais favorecidos* do que o indica o valor *c* de *r* [18]. Por outras palavras: pareceria antecipadamente de prever que entre naturalidade urbana e acesso às Universidades se verificasse uma ligação mais estreita do que aquela que aparentemente existia na data considerada.

Antes de abordar pròpriamente este ponto, convém referir que nos foi possível calcular, sobre dados fornecidos pelo Instituto

---

[17d] Cfr. A. SEDAS NUNES e J. David MIRANDA, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social*, VII (27-28), 1969, em especial os Quadros n.os 3 e 4, pp. 362-365.

[18] Mesmo levando em conta que o cálculo efectuado se reporta a 1963, data em que estaria provàvelmente menos difundida do que hoje, em certas camadas sociais urbanas mais ou menos favorecidas, a «norma» de os jovens fazerem estudos universitários.

Nacional de Estatística e pela CODES, a desigualdade, dentro de cada distrito, em 1963/64, entre as taxas de escolarização universitária no concelho da capital distrital, por um lado, e no conjunto dos restantes concelhos do distrito, por outro. Os quocientes que exprimem as desigualdades encontradas nos diversos distritos do Continente, bem como o quociente médio continental [19], figuram no *Quadro n.º 3*. Examinando-o, vê-se que, na data referida e no

Desigualdades de escolarização universitária dentro de cada distrito

QUADRO 3

Distritos	Relação entre as taxas de escolarização universitária no concelho da capital distrital e nos restantes concelhos de cada distrito (1963/64)
Lisboa	6,97
Porto	5,13
Coimbra	4,83
CONTINENTE	3,84
Setúbal	2,81
Faro	2,69
Évora	2,51
Beja	2,45
Santarém	2,19
Braga	2,15
Aveiro	2,07
Portalegre	1,99
Viseu	1,96
Viana do Castelo	1,95
Bragança	1,87
Castelo Branco	1,79
Guarda	1,77
Vila Real	1,77
Leiria	1,50

FONTES: Dados fornecidos pelo INE e pela CODES ao Gabinete de Investigações Sociais.

[19] Os quocientes distritais foram obtidos, muito simplesmente, dividindo, em cada distrito, a taxa de escolarização universitária da população com 18-27 anos residente no concelho da capital distrital, pela taxa de escolarização

conjunto do país, a proporção relativa em que a juventude oriunda das capitais distritais tinha acesso às Universidades era cerca de *3,8 vezes superior* àquela em que a juventude nascida nos restantes concelhos do Continente efectuava estudos universitários.

Uma tão acentuada desigualdade global devia-se, porém, à excepcional amplitude das desigualdades verificadas *no interior* dos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra, entre, de uma parte, os concelhos das respectivas capitais (onde, aliás, se situam, não sòmente as três principais cidades, mas também os três «complexos universitários» do Continente), e da outra, os demais concelhos desses distritos. Efectivamente, em todos os outros quinze distritos, as desigualdades internas apuradas são sensìvelmente menores, e na maioria dos casos *muito menores,* do que a global — até ao ponto de, no de Leiria, a taxa de escolarização universitria no concelho da capital distrital ser apenas em 50 % mais elevada do que a concernente a toda a área do distrito não abrangida por esse concelho.

Estas indicações apontam claramente no sentido de — pelo menos na data a que se reportam os dados estatísticos que pudemos manipular — o «privilégio» desfrutado pelos «centros urbanos» ante as «zonas rurais» ser *menos vincado,* no referente a acesso da juventude às Universidades, do que se poderia espontâneamente supor. Simultâneamente, indicam a existência de *uma hierarquia* entre os próprios «centros urbanos», no que respeita àquele «privilégio». Esta questão — sobre a qual nos debruçaremos em seguida, apenas com o fito de mostrar que os referidos «centros» não beneficiam *indiscriminadamente* (digamos: pelo simples facto de serem «centros urbanos»), face às «zonas rurais», da vantagem considerada — apela de novo para a hipótese, como veremos adiante, de a composição social da população ser a variável com que mais directamente se prendem as disparidades inter-distritais da escolarização universitária.

2.7 Comparando dados do *Quadro n.º 2* (coluna 5) e do *Quadro n.º 3*, é possível verificar que os três distritos *mais «urbanizados* — Lisboa, Setúbal e Porto —, que na verdade se destacam por percentagens de população urbana muito superiores às de todos os mais, são simultâneamente regiões onde, em 1963/64,

---

universitária da população com 18-27 anos residente em todo o restante território conjuntamente considerado do distrito.

O quociente médio ponderado continental obteve-se, calculando primeiramente a taxa de escolarização universitária do *conjunto* da população com 18-27 anos residente em concelhos de capitais de distrito e a taxa de escolarização universitária do *conjunto* da população com as mesmas idades residente nos demais concelhos do Continente, e dividindo depois, pela segunda, a primeira dessas taxas. Sobre a definição das próprias taxas, veja-se a Nota do *Quadro n.º 2.*

as desigualdades internas de escolarização universitária, entre os concelhos das capitais distritais e os restantes concelhos, *eram das mais fortes* do Continente. Afigura-se-nos — já o dissemos — particularmente significativo e revelador *o caso de Setúbal*, cujas desigualdades internas só eram à data excedidas pelas de Lisboa, Porto e Coimbra (veja-se o *Quadro n.º 3*), onde, conforme acima recordámos, se encontram implantados, não só os três principais «complexos urbanos», mas igualmente os três únicos «complexos universitários» de que o Continente dispõe.

Como se poderá compreender que, em Setúbal, a desigualdade entre a taxa de escolarização universitária no concelho da capital distrital e a taxa de escolarização universitária no conjunto dos outros concelhos do distrito seja *maior* que em todos os restantes catorze distritos continentais? Não possuímos elementos que permitam responder a esta questão. Simplesmente, mais uma vez, *a priori* seria legítimo *pressupor o contrário*, ou seja: que, em Setúbal, aquela desigualdade fosse *menor* que nos outros distritos.

Com efeito, no que concerne à forma como a população urbana se distribue pelo território, Setúbal apresenta características muito peculiares. Dos 377,2 milhares de habitantes que o distrito contava em 1960, cerca de 44,4 milhares *(11,8 %)* residiam na cidade de Setúbal, 107,1 milhares *(28,4 %)* localizavam-se em outros «centros urbanos» (Almada, Barreiro, Montijo, Cova da Piedade e Baixa da Banheira) e 225,7 milhares *(59,8 %)* repartiam-se pelas zonas rurais [20]. *Em nenhum outro distrito*, a percentagem de população residente em «centros urbanos», *fóra* da capital distrital, atingia dimensões que se assemelhassem à que acabamos de indicar. Pode estimar-se que, em 1963, *cerca de um terço* dos habitantes do distrito que não viviam na cidade de Setúbal, residiam no entanto em «centros urbanos», situação excepcional que não encontrava paralelo em qualquer outro distrito do país e que ainda hoje se mantém, aliás muito reforçada [21].

Nestas condições, a admitir-se — no que respeita a acesso dos jovens às Universidades — que os «centros urbanos» desfrutam indiscriminadamente de «privilégio» face às zonas rurais, deveria, como dissemos, verificar-se exactamente *o contrário* do que efectivamente se constata. Quer dizer: em Setúbal, a *desigualdade* entre a taxa de escolarização universitária no concelho da

---

[20] Vd. A. Barbosa de ABREU, «Escalonamento urbano do Continente português», *Análise Social*, II (7-8), 2.º sem. 1964, pp. 574-598.

[21] Vd. I. N. E., *11.º Recenseamento da População. Continente e Ilhas. 1970. Dados Preliminares*, Lisboa 1971. De acordo com os dados contidos neste volume, no fim do ano de 1970 dez freguesias do distrito de Setúbal, não abrangidas pela capital distrital, contavam mais de 10 000 habitantes, totalizando em conjunto *222,4 milhares* de pessoas. Sendo de 464,2 milhares a população presente no distrito, aquelas freguesias englobavam *47,9* % desse total.

capital distrital e a taxa de escolarização universitária no conjunto dos outros concelhos do distrito deveria ser *menor* (e não *maior,* como de facto se apresenta) que em todos os catorze distritos acima referidos. Para poder «salvar» a hipótese de os «centros urbanos» desfrutarem *indiscriminadamente* (insistamos: pelo simples facto de serem «centros urbanos») daquele «privilégio», seria necessário aceitar que *as zonas rurais* do distrito de Setúbal estariam, no que concerne a taxas de escolarização universitária, *muito mais fortemente desfavorecidas que todas as outras zonas rurais* do Continente [22], suposição que não temos dúvida em rejeitar como inteiramente inverosímil. Resta-nos, assim, deduzir que, *no conjunto dos «centros urbanos» localizados no distrito de Setúbal (à excepção da capital distrital), as taxas de escolarização universitária não eram, em 1963/64, sensìvelmente mais altas que nas zonas rurais circundantes.*

O caso deste distrito é, portanto, revelador de que, pelo menos naquela data, os «centros urbanos» *não desfrutavam generalizadamente, em Portugal, do mencionado «privilégio».* Por outras palavras: tem de concluir-se que, se havia (e decerto continua a haver) desigualdades, no que toca a acesso aos cursos universitários, entre «centros urbanos» e zonas rurais, também as havia (e presumìvelmente subsistem) entre os próprios «centros urbanos», situando-se alguns destes em níveis de inferioridade provàvelmente bastante próximos dos das zonas rurais.

2.8 Recapitulemos uma parte do percurso que temos vindo a cobrir, ou melhor: os principais resultados que obtivemos em cada uma das suas etapas. Podem resumir-se nos termos seguintes:

a) a desigualdade entre, de um lado, os distritos de Lisboa e do Porto, lugares privilegiados da «modernidade» capitalista em Portugal, e do outro, todos os mais, era em 1963/64 sensìvelmente menos vincada no que se refere

[22] De facto, se as taxas de escolarização universitária nas zonas rurais do distrito de Setúbal fossem *muito* mais baixas que nas zonas rurais dos outros distritos considerados, verificar-se-ia uma compensação estatística das taxas, supostamente muito mais elevadas, correspondentes aos «centros urbanos» do mesmo distrito, mas exteriores ao concelho de Setúbal. Assim, este último poderia aparecer desfrutando, comparativamente *ao conjunto* da população dos demais concelhos do distrito (população *adicionada* de «centros urbanos» e zonas rurais), de uma taxa de escolarização universitária muito mais alta. E só dessa forma — isto é: supondo um inverosímil e forte «desprivilégio» das zonas rurais de Setúbal, face às zonas rurais dos restantes distritos — seria possível entender que, em Setúbal, *a desigualdade* entre a taxa de escolarização universitária no concelho da capital distrital e a taxa de escolarização universitária no conjunto dos outros concelhos do distrito fosse *maior* que em todos aqueles distritos.

às respectivas participações na população estudantil, do que em relação à generalidade dos indicadores de estádio de crescimento económico e desenvolvimento social;

b) não é com as desigualdades inter-distritais quanto a grau de industrialização que se devem relacionar causalmente as disparidades registadas entre os vários distritos quanto a taxas de escolarização universitária; verifica-se, porém, uma correlação positiva, embora fraca, entre estas últimas e o grau de urbanização, o que sugere que a variável mais directamente ligada com as diferenças inter-regionais na intensidade do acesso às Universidades é a composição social da população;

c) por outro lado, a vantagem de que os «centros urbanos» beneficiavam, ante as zonas rurais, quanto a escolarização universitária, mostrava-se no conjunto, tirante as três cidades universitárias do país, relativamente moderada e, de todo modo, menos ampla do que, *a priori* e dados o «arcaísmo» e a pobreza dominantes na generadade daquelas zonas, se poderia julgar;

d) finalmente, se havia desigualdades, no concernente ao acesso à instrução universitária, entre «centros urbanos» e zonas rurais, igualmente as havia entre os próprios «centros urbanos», de tal sorte que alguns destes se situavam em níveis de inferioridade provàvelmente assaz próximos dos das zonas rurais.

Estes resultados têm alguns aspectos que são *surpreendentes*, mas que *deixam de o ser* desde que admitamos *uma rigorosa «selectividade social» do recrutamento universitário*, quer dizer: desde que suponhamos um «estudantado» constituído, *essencialmente*, por indivíduos provenientes das classes e camadas altas e médias-superiores da sociedade. Mais: dificilmente parece poder vislumbrar-se explicação para as conclusões adquiridas, se não se admitir esta suposição.

Reconsideremos, com efeito, os quatro pontos que acabamos de sumariar. Sendo os estudantes essencialmente originários das classes e estratos mais favorecidos da população, torna-se perfeitamente compreensível que os distritos de Lisboa e do Porto não se apresentem tão beneficiados, perante os demais, em matéria de acesso da juventude às Universidades, como no que se refere à generalidade dos indicadores de estádio de crescimento económico e desenvolvimento social. De facto, em tais condições, a desigualdade entre as taxas de escolarização universitária, por um lado naqueles dois distritos e por outro nos restantes, reflectirá

bàsicamente a desproporção, efectivamente não espectacular [23], entre os pesos numéricos relativos das classes e camadas sociais mais ou menos dominantes ou privilegiadas nos dois conjuntos de distritos [24]. E para equilibrar, até certo ponto, as maiores possibilidades que jovens de origem social inferior porventura tenham, em Lisboa e no Porto, de ingressar nas Universidades, bastará que, nas categorias sociais dominantes (ou de algum modo favorecidas) dos distritos da «província», se revele, como teremos ocasião de ver que parece tem vindo a revelar se, uma propensão especialmente acentuada no sentido de os jovens que lhes pertencem fazerem estudos universitários, provàvelmente como processo de «defesa» ou «reconversão» de posições tradicionalmente elevadas mas em declínio, e/ou como via de mobilidade ascendente, cuja importância se considera tanto maior quanto é certo (ou assim se reputa) serem comparativamente escassas, na «província», outras oportunidades de ascensão na hierarquia social.

Também se torna fàcilmente entendível, contanto se admita uma rigorosa «selectividade social» do recrutamento estudantil, que não seja com as desigualdades inter-distritais quanto a grau de industrialização que se relacionem as discrepâncias registadas entre os vários distritos quanto a escolarização universitária. Na verdade, supondo que as classes e camadas médias-inferiores e as classes trabalhadoras — que representam, em *todos* os distritos a grande maioria da população — só muito reduzidamente participam na população universitária, é evidente que a circunstância de certos distritos se encontrarem mais industrializados do que outros não pode ocasionar, só por si, que, naquelas onde o grau de industrialização é mais forte, as taxas de acesso da juventude em geral às Universidades sejam também apreciàvelmente mais altas.

A mesma suposição permite igualmente explicar que, ressalvadas as três cidades universitárias, a vantagem do conjunto dos «centros urbanos» perante as zonas rurais se mostre, no tocante a acesso da juventude aos cursos professados nas Universidades, relativamente moderada e menos ampla do que, levando apenas em conta o «arcaísmo» e o subdesenvolvimento dominantes naquelas zonas, se poderia presumir. Na realidade, uma parte importante dos «centros urbanos» portugueses, como alguns dos que

---

[23] Conforme pudemos verificar, para 1960, através de cálculos, a que ainda não demos publicidade, efectuados para um estudo cujos resultados principais figuram em: A. SEDAS NUNES e J. David MIRANDA, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social*, VII (27-28) 1969, pp. 333-381.

[24] Digamos: entre as *percentagens* da respectiva população total abrangidas, num grupo de distritos e no outro, pelas classes e camadas sociais mais ou menos dominantes ou privilegiadas.

anteriormente citámos a respeito do distrito de Setúbal, são aglomerações onde não se afigura duvidoso ser particularmente acentuado, quando não quase exclusivo, o predomínio quantitativo das categorias sociais médias-baixas e inferiores e onde, por isso, supondo uma «selectividade social» rigorosa do recrutamento estudantil, é lógico que a frequência relativa do acesso de jovens a estudos universitários se exprima em taxas de nível baixo. Do mesmo passo se compreende que, comparativamente a outros «centros urbanos» onde a composição social da população é diferente e engloba percentagens sensìvelmente mais elevadas de categorias médias-altas e superiores, aquelas aglomerações acusem nítida inferioridade — e que, por conseguinte, se verifiquem no país, quanto ao aspecto focado, desigualdades consideráveis, não sòmente entre «centros urbanos» e zonas rurais, mas igualmente entre «centros urbanos» com distintas estruturas sociais.

2.9 Diante do facto de a população estudantil crescer, não apenas ininterruptamente, como também a um ritmo cada vez mais acelerado, levantámos acima a questão de se porventura estaremos a assistir a uma espontânea e progressiva *«democratização» do acesso* às Universidades, isto é: a uma gradual redução das desigualdades entre as proporções em que, relativamente à totalidade da população jovem de cada uma das várias classes ou camadas da sociedade, estudantes oriundos dessas distintas categorias sociais frequentam cursos universitários.

Buscando — através da análise de informações respeitantes às naturalidades dos alunos universitários — os primeiros elementos de resposta para a interrogação que havíamos formulado, apurámos, em síntese, duas conclusões que será útil congregar:

— por um lado, de 1940/41 a 1963/64 — período que recobre quase um quarto de século — não se detecta qualquer alteração profunda nas condições diferenciais do recrutamento estudantil nas diversas zonas do país;

— por outro lado, no ano terminal daquele período, todos os resultados obtidos àcerca das diferenciações espaciais das taxas de escolarização universitária, não só se revelam congruentes com a hipótese de uma «selectividade social» muito estrita do recrutamento dos estudantes, como se afiguram inexplicáveis desde que não se admita tal hipótese.

A *estabilidade temporal,* num tão longo período, do esquema da repartição dos estudantes por naturalidades, sugere uma *conjectura* que importa referir. No lapso de tempo considerado, a população estudantil universitária acusou um forte incremento, quer

em volume absoluto (de apenas 9,2 milhares em 1940/41, para cerca de 24 milhares em 1963/64), quer proporcionalmente à população nacional (25 alunos universitários por cada 10 000 habitantes em 1963/64, contra sòmente 12 em 1940/41) [25]. Entretanto registaram-se, durante o mesmo período, em certos distritos, significativas transformações estruturais que, alterando as suas condições socio-económicas internas, igualmente alteraram as suas posições em face das restantes zonas do país [26]. Que, apesar desses dois relevantes indicadores de *mudança social,* se haja podido manifestar aquela estabilidade no padrão do recrutamento regional do «estudantado» português, eis o que não pode deixar de sugerir — dada a estreita relação (que se tem, como vimos, de pressupor) entre desigualdades *regionais* e desigualdades *sociais* no acesso aos estudos universitários — que *nenhuma modificação substancial se haja produzido na configuração social desse recrutamento.* Simplesmente: no ano conclusivo do período em causa, todas as indicações que pudemos reunir àcerca das desigualdades espaciais da escolarização universitária apontam, conforme vimos, para uma outra hipótese: a de *a «selectividade social» do recrutamento dos estudantes ser, nesse momento, muito estrita.*

Desta forma, a confirmarem-se simultâneamente as duas hipóteses, teremos de reconhecer-nos em presença de uma informação extremamente útil a respeito do modo de inserção e participação das Universidades na dinâmica funcional e evolutiva do sistema social português. Com efeito, *em resultado de um contínuo crescimento (durante — repetimos — quase um quarto de século), a população estudantil terá podido aumentar de 159 %, sem todavia romper com um esquema de acesso aos cursos universitários fortemente «selectivo» do ponto de vista social, isto é: essencialmente confinado às classes dominantes e aos estratos médios-superiores da sociedade.* Uma tal informação, se confirmada, obrigará de imediato a que nos interroguemos sobre se o que ocorreu num prazo tão largo, apresentando-se por conseguinte com aspectos característicos de *efeito* da acção de um quadro de parâmetros *estruturais* sòlidamente fixado, não terá afinal continuado a verificar-se ulteriormente sem notória alteração, ou seja: sem sensível «democratização» do acesso às Universidades. De facto, uma de duas: ou aquele quadro de parâmetros acusou, em anos posteriores ao período examinado, importantes variações,

[25] Dados colhidos no estudo, efectuado no Gabinete de Investigações Sociais por Marinús Pires de Lima e José Ângelo Correia, mas ainda não publicado, «Análise quantitativa da população universitária portuguesa: 1940/41-1966/67».

[26] Vd. Eugénio de Castro Caldas e Manuel de Santos Loureiro, dirs., *Regiões Homogéneas no Continente Português,* I. N. I. I. e Centro de Estudos de Economia Agrária (Fundação Gulbenkian), 1966, pp. 138 e segs.

ou a «democratização» do acesso aos estudos universitários seguramente que não aconteceu em escala apreciável. Teremos oportunidade de revir a este ponto na parte final do presente texto.

Não nos é possível, em rigor, confirmar a primeira das duas hipóteses enunciadas, ou seja: a de, entre 1940/41 e 1963/64, não se haver produzido qualquer substancial modificação no perfil social do recrutamento universitário. Podemos no entanto aboná-la com alguns argumentos suplementares, que a tornam, a nosso ver, muito verosímil. Em primeiro lugar, notemos que, durante aquele período, a «selectividade social» do acesso às Universidades poderia ter-se ou alargado, ou estreitado, ou mantido mais ou menos constante. Porém, se a segunda das hipóteses acima referidas — quer dizer: a de a «selectividade social» do recrutamento dos estudantes ser, em 1963/64, muito estrita — se confirmar, será necessário concluir que de facto não se alargou em termos apreciáveis. Por outro lado, não se afigura crível que se haja restringido a par e passo com o aumento muito considerável da população estudantil, comparativamente à população do país, que de facto se verificou. Resta, por conseguinte, como *mais verosímil,* no caso (repetimos) de efectivamente em 1963/64 a «selectividade social» do recrutamento dos estudantes ser muito estrita, que se tenha conservado mais ou menos constante.

Uma tal constância está igualmente de acordo com os dados que figuram no *Quadro n.º 4,* onde se podem ler as percentagens — *por sexos* e em 1940/41, 1948/49, 1956/57 e 1963/64 — de estudantes naturais do conjunto dos distritos de Coimbra, Lisboa e Porto, relativamente ao total de estudantes naturais do Continente matriculados nas Universidades, em cada um desses anos. Observe-se que tais percentagens, além de não diferirem significativa-

Percentagens, por sexos, de estudantes naturais dos distritos de Coimbra, Lisboa e Porto, relativamente ao número total de estudantes naturais do Continente

QUADRO 4

Anos / Sexos	1940/41	1948/49	1956/57	1963/64
1	2	3	4	5
Ambos os sexos	51,5	49,1	50,5	50,6
Homens	51,7	49,1	49,6	50,3
Mulheres	50,8	49,0	52,6	50,9

FONTES: I. N. E., *Estatísticas da Educação, 1940/41, 1948/49 e 1956/57 e CODES,* Recenseamento da população universitária em 1963/64.

mente de um para o outro sexo, se mantiveram pràticamente inalteradas ao longo de todo o período focado. Ora, podendo legìtimamente pressupor-se que, para indivíduos das classes e camadas médias-inferiores e trabalhadoras, é certamente mais viável efectuar estudos universitários quando residam perto das Universidades (e, por conseguinte, nos distritos de Coimbra, Lisboa e Porto) do que quando habitem longe delas, e admitindo-se ademais uma «selectividade social» sensìvelmente mais acentuada na sub-população estudantil feminina do que na sub-população masculina [27], *lógico seria esperar, se o «rigorismo social» do acesso às Universidades não fosse muito estrito, que, no Quadro n.º 4, as percentagens femininas se apresentassem mais altas que as masculinas.* Com efeito, se houvesse entre os estudantes uma importante percentagem de alunos originários das classes e camadas médias-inferiores e trabalhadoras, como é de admitir que no contingente *masculino* desses alunos a parte percentual proveniente dos distritos *sem Universidades* seria consideràvelmente *maior* que no respectivo contingente *feminino* [28], deveria esperar-se que, *no conjunto* da população estudantil, a parte percentual *masculina* oriunda dos distritos *com Universidades* fosse *menor que a feminina* — o que precisamente não se verifica em nenhum dos anos assinalados. A equivalência inter-sexos das percentagens anotadas e a sua estabilidade no tempo parecem assim indicar que, *de facto, no período de 1940/41 a 1963/64, não se produziu qualquer alteração de vulto no perfil social do recrutamento universitário.* Ao mesmo tempo, porém, inculca que a população estudantil *sempre cresceu dentro de um esquema socialmente muito «selectivo» do acesso às Universidades.*

Somos desta sorte reconduzidos, uma vez mais, à segunda das hipóteses anteriormente formuladas e que nos falta ainda confirmar: a de, no ano terminal daquele período, a «selectividade social» do recrutamento dos estudantes ser muito estrita. Acerca deste ponto possuímos alguns dados, sobre os quais iremos conse-

---

[27] Vd. A. SEDAS NUNES, «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», *Análise Social*, VI (22-23-24), 1968, pp. 295-366, em especial pp. 333-336.

[28] Tentando clarificar melhor o nosso raciocínio, pode-se acrescentar que pressupomos neste ponto que, perante a pesada dificuldade adicional resultante de um *distanciamento geográfico* em relação às Universidades, os indivíduos do sexo feminino *das classes médias-inferiores e trabalhadoras* tenderão a ser mais frequentemente *preteridos*, em benefício dos indivíduos do sexo masculino *dessas mesmas classes*, do que quando aquela dificuldade suplementar não ocorra — o que, exprimindo-se por um lado num reforço da «selectividade social» do recrutamento estudantil feminino, ocasionará por outro lado que, conforme dizemos no texto, no contingente *masculino* dos alunos originádas classes trabalhadoras e médias-inferiores, a parte percentual proveniente dos distritos *sem Universidades* seja sensìvelmente *maior* que no respectivo contingente feminino.

quentemente debruçar-nos. Aliás, já os publicámos noutra oportunidade [29]. Como, no entanto, têm surgido, a seu respeito, objecções e reparos que nos não parecem fundados, desejaríamos prèviamente deixar registadas as breves considerações que se seguem.

Aqueles dados indicam, como veremos, que a participação das classes e camadas trabalhadoras e médias-inferiores na população das Faculdades portuguesas era efectivamente muito restrita, em 1963/64. O facto de provirem de um inquérito por amostragem, efectuado em condições difíceis por uma entidade particular — a CODES —, serviu de pretexto para se lhes objectar que não merecem confiança. Queremos deixar claro que tal objecção é de todo improcedente, porquanto tècnicamente não há motivo para, quanto ao ponto em causa, pôr em dúvida a forma como o inquérito foi realizado ou as conclusões a que conduziu [30]. Por outro lado, e convém sublinhar este aspecto, sucede que, conforme tivemos ocasião de oportunamente observar, todas as demais indicações que se podem colher nas fontes estatísticas disponíveis, não só se revelam inteiramente concordantes com os resultados produzidos pelo inquérito CODES, como se afiguram inexplicaveis desde que não se admita a hipótese que esses resultados confirmam. Poderia, na verdade, dizer-se que de quanto até agora expusemos se extrai um saldo francamente positivo, a inscrever em benefício da credibilidade dos dados sobre os quais seguidamente. trabalharemos. E foi em parte por este motivo que nos pareceu vantajoso, antes de operar com eles, desenvolver a análise precedente.

3. Segundo passo: as origens sociais dos estudantes

3.1 No inquérito CODES, realizado no ano lectivo de 1963/64, foram postas aos estudantes as duas seguintes questões: — «que instrução tem (ou tinha, se já faleceu) o teu pai?»; — «que profissão exerce (ou exercia, no caso de já ter falecido)?».

Ambas as perguntas compreendiam uma lista abreviada de respostas alternativas, entre as quais os inquiridos deviam escolher a que se lhes adequava. A lista de cursos anexa à pergunta sobre instrução era satisfatória. A de profissões era-o menos, pelo que, de um lado, certamente ocasionou que por vezes se reuniram numa mesma categoria indivíduos que se deveriam ter distribuído

---

[29] Vd. os *Quadros n.os 11 e 12* do texto referido na nota 27, *supra*.

[30] O que não significa que não haja comentários a fazer, do ponto de vista técnico, a essas conclusões. Fá-los-emos na altura própria, e ver-se-á então que de modo algum invalidam o significado essencial dos dados que o inquérito CODES propicia.

por categorias distintas, e do outro, tornou inviável o estabelecimento de uma correspondência segura entre as categorias do inquérito e as das estatísticas oficiais da população activa [31].

Assim, ao utilizar — na análise das origens sociais dos estudantes portugueses — os resultados das respostas àquelas questões, pudemos, no concernente ao nível paterno de instrução, tomado nomeadamente como indicador de *status* social, limitar-nos a reproduzir, sem os reelaborar, os apuramentos efectuados pela CODES. É o que transparece na coluna 3 do *Quadro n.º 5*, onde sòmente não figura a distinção, que julgámos irrelevante para os fins em vista, entre cursos secundários e cursos médios.

Distribuição, por níveis de instrução, da população activa masculina e distribuição dos estudantes segundo os níveis de instrução de seus pais

QUADRO 5

Níveis de instrução	Distribuição, por níveis de instrução, da população activa masculina com profissão (1960)	Distribuição dos estudantes segundo os níveis de instrução de seus pais (1963/64)	Relação (3) / (2)
1	2	3	4
TOTAL	100,0	100,0	—
Sem instrução	57,9	2,7	0,047
Instrução primária	37,0	32,5	0,878
Instrução secundária ou média	3,9	36,1	9,256
Instrução superior	1,2	27,5	22,917
Ignorado	—	*1,2*	—

FONTES: Para (2), I. N. E., *X Recenseamento Geral da População*, 1960; para (3), CODES, *Inquérito S. O. U.*, q. 37 a.

Pelo contrário, ao considerar as quinze «profissões» enumeradas no mesmo questionário, afigurou-se-nos indispensável agregá-las num esquema muito mais abreviado de categorias — concretamente, quatro — denominando-as, com manifesta impropriedade mas à falta de melhor designação, de «grupos socio-profissionais». Supomos ter, desta forma, eliminado a maior parte dos

[31] *X Recenseamento Geral da População. Continente e Ilhas. 1960*, Tomo V, vol. 1.º

erros de distribuição seguramente motivados pelo modo como a lista de «profissões» fôra estabelecida e redigida. Acresce que os quatro novos «grupos» — além de permitirem encontrar nas estatísticas oficiais os seus homólogos muito aproximados, com os quais um confronto se tornou, portanto, praticável — são fàcilmente passíveis de hierarquização, segundo um critério «intuitivo» de alto, médio ou baixo *status* social.

Será vantajoso ter presente, na exposição ulterior, que os agrupamentos efectuados foram os que abaixo se indicam:

Grupo I: trabalhadores (assalariados ou independentes) da agricultura, da indústria e da pesca;

Grupo II: empregados ou auxiliares modestos de empresas particulares; membros de patente inferior das Forças Armadas (Exército, Armada, Força Aérea, Polícia, G.N.R., etc.); funcionários inferiores do Estado, dos organismos corporativos ou dos organismos de coordenação económica; professores do ensino primário;

Grupo III: pequenos industriais ou comerciantes de retalho; empregados categorizados de empresas particulares; proprietários rurais; professores do ensino secundário; oficiais das Forças Armadas ou da Marinha mercante;

Grupo IV: funcionários superiores do Estado, dos organismos corporativos ou dos organismos de coordenação económica; proprietários urbanos; industriais ou comerciantes grossistas; directores ou funcionários superiores de empresas particulares, membros das profissões liberais (médicos, arquitectos, advogados, engenheiros, etc.) e artistas.

Não é possível atribuir a estes «grupos» um significado sociológico preciso, o que em parte resulta de haverem sido constituídos — pois que outra forma de proceder não seria viável — a partir da reduzida e imperfeita lista de «profissões» do inquérito CODES. Trata-se, na verdade, de categorias estatísticas que tanto podem ser lidas em termos de *estratificação social,* como em termos de *estrutura de classes*[31a]. Sòmente proporcionam, todavia, quer àcerca daquela, quer a respeito desta, indicações que de modo algum devem ter interpretadas como se traduzissem a sua exacta representação. *Grosso modo,* reportando-nos à estrutura de estratificação, o «grupo» IV pode fazer-se corresponder a camadas

[31a] Àcerca da distinção entre uma análise em termos de estratificação social (estratos ou camadas sociais) e uma análise em termos de estrutura de classes, remetemos para o texto e as indicações bibliográficas dos §§ 1 e 2 do artigo: A. SEDAS NUNES e J. David MIRANDA, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social,* VII (27-28), 1969, pp. 333-343.

sociais *altas,* o «grupo» III a camadas *médias-altas,* o «grupo» II a camadas *médias-baixas* e o «grupo» I a camadas *baixas.* Referindo-nos à estrutura de classes, convém notar que o «grupo» IV abarca seguramente a parte mais substancial das *classes superiores e dominantes,* sendo no entanto mais extenso do que elas, ao passo que o «grupo» I se pode considerar aproximadamente representativo das *classes trabalhadoras;* os dois restantes «grupos» decerto que abrangem principalmente diversas fracções das *médias e pequenas burguesias.* Precisamente porque os agregados estatísticos que pudemos formar são susceptíveis desta dupla leitura, não poderemos evitar, nem tentaremos portanto esconder, uma frequente ambiguidade (manifestada por vezes no recurso à expressão «categorias sociais», em vez de «classes» ou «camadas») entre uma análise referenciada a estratificação e uma análise referenciada a classes sociais. Nem por isso deixa esta última de ser a que mais pròpriamente nos interessa. Mas, para o exame comparativo das «frequências de acesso» à educação universitária, que adiante será feito, nem sequer é imprescindível aceitar as correspondências que propomos para esses agregados.

Composição social da população portuguesa e da população estudantil

QUADRO 6

Grupos socio-profissionais	Repartição dos chefes-de-família activos com profissão ou com ocupação de proprietários (1960)	Repartição dos estudantes segundo o grupo socio-profissional a que pertencem os seus pais (1963/64)	Relação (3) / (2)
1	2	3	4
TOTAL	100,0	100,0	—
Grupo I (o mais baixo)	62,1	4,2	0,068
Grupo II	27,2	11,1	0,408
Grupo III	6,9	41,8	6,057
Grupo IV (o mais alto)	3,8	42,3	11,131
Ignorado	—	*0,6*	—

FONTE: Para (2), I. N. E., *X Recenseamento Geral da População,* 1960; para (3), CODES, *Inquérito S. O. U.,* q. 37 b.

De qualquer modo, aí estão, na coluna 3 do *Quadro n.º 6*, os resultados a que se chegou, no que concerne aos estudantes. A par desses resultados, apresenta-se, na coluna 2 da mesma tabela, a distribuição percentual, de acordo com os mesmos «grupos», dos chefes-de-família «activos», com profissão ou com ocupação de proprietários, residentes no território metropolitano em 1960. Os respectivos cálculos foram efectuados por José David MIRANDA [32]. A *Figura n.º 2* traduz gràficamente os valores inscritos nas colunas 2 e 3 deste Quadro.

Desejaríamos que, anàlogamente, figurasse no *Quadro n.º 5* a repartição dos mesmos chefes-de-família por níveis de instrução. Mas o Censo de 1960 não permite determiná-la, pelo que houve de ser substituida pela da população activa masculina com profissão, categoria estatística muito mais lata.

3.2 É, sem dúvida, expressiva a imagem da realidade social universitária que os quadros ora presentes nos transmitem.

Não menos de *84 %* dos estudantes interrogados pela CODES declararam provir de famílias cujos chefes se enquadravam nos «grupos» III e IV. Ora, estes «grupos» englobam essencialmente — como é possível verificar [33] — as fracções mais favorecidas das classes e camadas altas e médias da sociedade portuguesa. Deste modo, a serem fidedignos os resultados do inquérito conduzido por aquele organismo, tem de concluir-se estarmos em presença de uma Universidade bàsicamente frequentada, em 1963/64, por alunos de origem «burguesa». Os filhos de trabalhadores manuais só aparecem nela contados por *4 %*, e mesmo os das famílias da (digamos) «pequena burguesia» não pesam, no conjunto, mais de 11 %.

---

[32] Vd. J. David MIRANDA, «A população universitária e a população portuguesa: um confronto da sua composição social», *Análise Social*, VII (25-26), 1969, pp. 158-166.

[33] Com efeito, adicionando aos 42,2 % do grupo IV, a percentagem dos que, no grupo III, se declararam filhos, seja de proprietários de terras ou de empresas comerciais e industriais, seja de oficiais das Forças Armadas ou da Marinha Mercante, obtem-se o valor (corrigido) de *72,2 %*, que, por sua vez, equivale a 86 % do total dos grupos III e IV conjuntamente considerados.

Composição social da população portuguesa e da população estudantil, em 1963/64

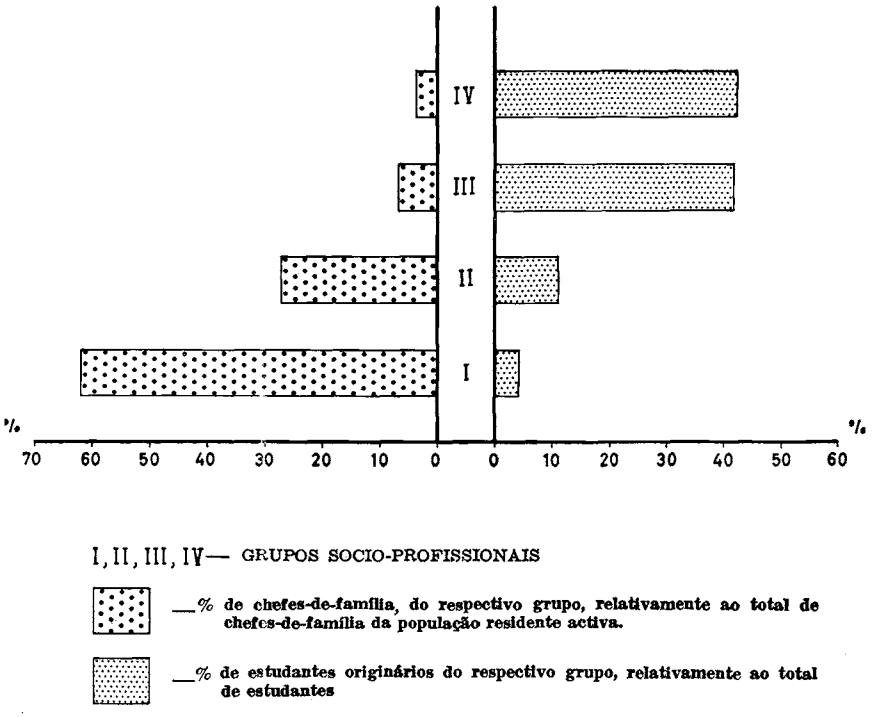


Figura n.º 2

Acaso estarão enviesados estes valores por qualquer deformação da amostra inquirida? Cremos que, se houve enviesamento, ele provàvelmente jogou mais em reforço da representação percentual das origens sociais inferiores, do que no sentido oposto. De facto, tendo os questionários CODES sido expedidos pelo correio, houve um número considerável de devoluções sem resposta, ocasionadas por mudanças de residência dos destinatários [34]. Os estudantes com domicílio estável vieram, assim, presumìvelmente, a ficar mais que proporcionalmente representados na amostra fi-

[34] Vd. CODES, *Situação e Opinião dos Universitários*, Lisboa, 1967, p. 448.

nal. Entre esses estudantes, é lógico predominem aqueles cujas famílias residiam na própria cidade onde os seus filhos se encontravam a estudar. Como, porém — já o notámos —, no caso das famílias de condição socio-económica inferior, é certamente mais viável, por elementares razões de custos a suportar, oferecer estudos prolongados aos seus filhos quando, em lugar de habitarem longe dos centros onde existem Universidades, aí residem habitualmente, torna-se claro que, do provável enviesamento da amostra no sentido de uma sobre-participação dos estudantes com domicílio estável, não pode deixar de deduzir-se uma correlativa probabilidade de *sobre-avaliação* do número de alunos provenientes das classes e camadas sociais *inferiores*. Ou seja: as percentagens que, no *Quadro n.º 6*, mais provàvelmente estão *exageradas* — se algumas deveras o estão — não são as que respeitam aos «grupos» socialmente mais altos, o III e o IV, mas precisamente as que se referem aos «grupos» socialmente mais baixos: o I e o II.

3.3 Não receamos, pois, desfigurar por erro estatístico a correcta imagem da *selectividade social* das Universidades em Portugal, ao confrontar, com as de outros países, por exemplo a percentagem portuguesa de filhos de trabalhadores manuais entre os estudantes. Para tal confronto, pode recorrer-se ao *Quadro n.º 7*, onde se acha concentrada a mais ampla informação comparável que, sobre este tópico e lançando mão de várias fontes, conseguimos coligir. A amostra de países é relativamente pequena e só permite comparações grosseiras, nomeadamente por faltar neste Quadro a indicação do que os trabalhadores manuais representam, percentualmente, na população activa (ou no conjunto das famílias) dos diferentes países. Ainda assim, algumas anotações valiosas podem ser feitas.

Uma primeira observação é a de que em todos os países àcerca dos quais se possue informação, incluindo os de regime socialista, as classes trabalhadoras acusam, em face das demais, um nítido e mais ou menos vultoso desfavor no acesso às Universidades. A respeito da largueza de tal desigualdade, considerem-se, porém, alguns exemplos. Na *Hungria*, uma pesquisa, realizada em 1960 por Ferge SANDORNE, revelou que, à data, o número de estudantes universitários por cada mil famílias variava do seguinte modo, em função da categoria socio-profissional do chefe-de-família: *31*, nas famílias de «intelectuais» e «quadros superiores»; *25*, nas de outros «quadros»; *9*, nas de operários qualificados; *7*, nas de operários especializados; *5*, nas de outros trabalhadores. No conjunto, os filhos das famílias das duas primeiras categorias acusavam «frequências de acesso» às Universidades *quatro vezes* superiores às dos filhos das famílias das três categorias restan-

Percentagens de filhos de operários e camponeses entre os estudantes

QUADRO 7

Países	Anos	Filhos de operários	Filhos de camponeses	Filhos de operários ou de camponeses
1. Polónia	1964	30,4 %	18,8 %	49,2 %
2. Checoslováquia	1963	37,9 %	8,3 %	46,2 %
3. Hungria	1963	33,0 %	10,8 %	43,8 %
4. Alemanha Oriental ...	1965	35,0 %	5,9 %	40,9 %
5. Bulgária	1964	34,5 %	—	—
6. Roménia	1964	31,5 %	—	—
7.A. Jugoslávia	1957	12,0 %	25,5 %	37,5 %
7.B. Jugoslávia	1965/66	18,8 %	—	—
8. Reino-Unido	1958/59	—	—	27,0 %
9. E. U. A. (*a*)	1958	—	—	26,6 %
10. Noruega (*b*)	1964/65	23,9 %	—	—
11. Bélgica (*a*) (*b*)	1966/67	—	—	22,8 %
12. Finlândia	1961	—	—	17,6 %
13. Itália (*c*)	1964/65	—	—	15,4 %
14. Suécia (*b*)	1960/61	—	—	14,3 %
15. Suiça (*a*)	1961	—	—	13,8 %
16. Dinamarca	1964/65	—	—	10,1 %
17.A. França	1965/66	—	—	10,0 %
17.B. França	1966/67	9,9 %	—	—
18. Japão	1961	8,7 %	—	—
19. Brasil	1965	—	—	8,5 %
20. Espanha	1962/63	5,2 %	1,3 %	7,0 %
21. Irlanda	1963	5,7 %	—	—
22. Holanda	1964	—	—	6,0 %
23. Áustria	1965/66	—	—	5,5 %
24. Alemanha Ocidental .	1963/64	—	—	5,3 %
25. PORTUGAL	1963/64	—	—	4,2 %
26. Luxemburgo (*c*)	1961	3,2 %	—	—

NOTAS: (*a*) Inclui pessoal de serviço; (*b*) Só novos inscritos nas Universidades; (*c*) Estudantes de 1.o Ano.

FONTES: OCDE, *Conférences sur les politiques d'expansion de l'enseignement*, 1970, Rapport de Base n.º 4, STP (70) 9; Henri JANNE, *Accès à l'enseignement du point de vue de l'origine sociale, économique et culturelle*, UNESCO/MINEUROP/3, 20/XII/1967; Salustiano del CAMPO, *Cambios sociales y formas de vida*, Barcelona, Ariel, 1968; H. J. PERRIN, *New Universities in the United Kingdom*, Paris, OCDE, 1969; Janina MARKIEWICZ-LAGNEAU, *Education, égalité et socialisme*, Paris, Anthropos, 1969; Célia L. MONTEIRO DE CASTRO, *Caracterização socio-económica do estudante universitário*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; *Notes et Études Documentaires*, n.o 2577 (31 Mars 1969), Paris, La Documentation Française.

tes[35]. Na *Grã-Bretanha,* um dos países ocidentais onde a situação dos trabalhadores manuais se apresenta menos desfavorecida neste campo, uma inquirição do «Commitee on Higher Education», efectuada em 1962 junto dos jovens de 21 anos, mostrou que — enquanto sòmente 7 % dos filhos de operários qualificados e 4 % dos de operários semi-qualificados ou não qualificados haviam, até àquela idade e na data referida, ingressado no ensino universitário —, entre os filhos de «higher professionals» e de «managerial and other professionals», as correspondentes proporções eram de, respectivamente, *52 %* e *38 %,* o que exprimia «frequências de acesso» às Universidades *7,4 e 5,4 vezes* respectivamente mais fortes que as dos filhos de operários qualificados, e *13 e 9,5 vezes* respectivamente superiores às dos filhos de operários semi-qualificados ou não-qualificados[36]. Em *Portugal,* calculando para 1963, com base no inquérito CODES, coeficientes análogos aos apurados por SANDORNE na Hungria, obtivemos os resultados que se seguem: *137* estudantes por cada mil famílias, no «grupo» superior; *75,* no «grupo» médio-alto; *5,* no «grupo» médio-baixo; e *0,8,* no «grupo» inferior. No conjunto, os filhos de famílias dos dois «grupos socio-profissionais» mais altamente situados aparecem, naquela data, a beneficiar, no nosso país, de «frequências de acesso» à educação universitária pelo menos *48,5 vezes* superiores às dos filhos de famílias dos dois «grupos» de *status* mais baixo[37].

De facto — e eis uma segunda observação importante —, dentro do desfavor universal que a configura, a situação dos trabalhadores manuais regista, neste como em muitos outros domínios, e de país para país, diferenças muito consideráveis. Se aceitarmos que tais diferenças podem, em termos mais ou menos aproximativos, ser medidas confrontando, em cada país, a composição da população activa masculina com a da população estudantil, útil será examinar o *Quadro n.º 8* (referente a um conjunto de países mais reduzido que o do *Quadro n.º* 7), onde, linha a linha: *a)* o valor da coluna 2 indica a percentagem de filhos de trabalhadores manuais (filhos de operários e camponeses, na parte superior do quadro; sòmente filhos de operários, na parte inferior) na população estudantil; *b)* o valor da coluna 3 representa a percentagem de trabalhadores manuais (operários e camponeses ou sòmente operários) na população activa masculina; *c)* o valor da coluna 4 é um coeficiente obtido mediante divisão da primeira pela

[35] Vd. Pierre BOURDIEU et Jean-Claude PASSERON, *Les Héritiers. Les Etudiants et la Culture,* Paris, Minuit, 1964, Annexe, p. 177.

[36] Cfr. Committee on Higher Education, *Higher Education. The Demand for Places in Higher Education,* Londres, H. M. S. Office, 1964, Part IV, p. 40.

[37] Voltaremos a este ponto mais adiante.

Comparação internacional da sub-representação das classes trabalhadoras na população universitária

QUADRO 8

Países	Estudantes	População activa masculina	Coeficiente (2) / (3)
1	2	3	4
Operários e camponeses			
1. E. U. A.	26,6 % (*1958*)	57,4 % (*1958*)	0,463
2. Reino-Unido	27,0 % (*1958/59*)	63,1 % (*1961*)	0,428
3. Bélgica	22,8 % (*1966/67*)	55,1 % (*1961*)	0,414
4. Suécia	14,3 % (*1960/61*)	53,0 % (*1960*)	0,270
5. Itália	15,4 % (*1964/65*)	59,6 % (*1964*)	0,258
6. Dinamarca	10,1 % (*1964/65*)	43,0 % (*1960*)	0,235
7. Suíça	13,8 % (*1961*)	59,1 % (*1960*)	0,234
8. França	10,0 % (*1965/66*)	50,1 % (*1964*)	0,200
9. Espanha	7,0 % (*1962/63*)	53,0 % (*1960*)	0,132
10. Brasil	8,5 % (*1965*)	75,2 % (*1961*)	0,113
11. Alem. Ocidental	5,3 % (*1964/65*)	54,7 % (*1964*)	0,097
12. Áustria	5,5 % (*1965/66*)	63,7 % (*1961*)	0,086
13. PORTUGAL	4,2 % (*1963/64*)	74,0 % (*1960*)	0,057
Sòmente operários			
1. Polónia	30,4 % (*1964*)	35,7 % (*1964*)	0,852
2. Alem. Oriental	35,0 % (*1965*)	55,0 % (*1965*)	0,636
3. Hungria	33,0 % (*1963*)	56,3 % (*1963*)	0,586
4. Checoslováquia	37,9 % (*1963*)	70,0 % (*1963*)	0,541
5. Jugoslávia	17,8 % (*1965/66*)	35,9 % (*1961*)	0,496
6. Noruega	23,9 % (*1964/65*)	55,4 % (*1960*)	0,431
7. França	9,9 % (*1966/67*)	37,6 % (*1964*)	0,263
8. Japão	8,7 % (*1961*)	44,2 % (*1960*)	0,197
9. Espanha	5,2 % (*1962/63*)	33,4 % (*1960*)	0,156
10. Luxemburgo	3,2 % (*1964/65*)	59,5 % (*1960*)	0,054

N. B. — Vd. as Notas e Fontes do quadro anterior. As participações percentuais dos operários e camponeses na população activa masculina do Brasil, do Reino-Unido e de Portugal foram por nós estimadas com base, respectivamente, no *Annuaire des Statistiques du Travail*, 1968, B. I. T., em P. BAIROCH, *Statistiques Internationales Retrospectives*, vol. I, Bruxelas, Institut de Sociologie, 1960 e I. N. E., *X Recenseamento Geral da População*, 1960, Lisboa.

segunda dessas percentagens. É evidente que quanto *mais baixo* se apresenta o valor deste coeficiente, *mais restrito, proporcionalmente,* se tem de presumir o acesso dos filhos de trabalhadores manuais à educação universitária. Se admitíssemos que os distintos valores de tal coeficiente reflectem *com exactidão* — o que, sem dúvida, não é pròpriamente o caso [38] — as diferenças que efectivamente existiam, sob este aspecto, entre as situações nos vários países, ter-se-ia que, por comparação com a frequência relativa do acesso de filhos de trabalhadores manuais portugueses às Universidades em 1963, as correspondentes frequências, que se registavam em anos próximos desse nas demais nações indicadas na parte superior do quadro, lhe seriam superiores *1,5* vezes na Aústria, *1,7* vezes na Alemanha Federal, *2* vezes no Brasil, *2,3* vezes na Espanha, *3,5* vezes na França, *4,1* vezes na Suiça e na Dinamarca, *4,5* vezes na Itália, *4,7* vezes na Suécia, *7,3* vezes na Bélgica, *7,5* vezes na Grã-Bretanha e *8,1* vezes nos Estados-Unidos.

3.4 Uma terceira indicação que os elementos reunidos nos *Quadros n.os 7 e 8* propiciam é a de que o *«nível de desenvolvimento económico» e a «frequência relativa do acesso de indivíduos provenientes das classes trabalhadoras à educação universitária» se inter-relacionam muito menos directamente do que não raro se supõe.*

Decerto, os Estados-Unidos, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Suécia, a Checoslováquia — países de alto padrão socio-económico — apresentam-se como nações onde a massa estudantil de origem operária e/ou camponesa é, proporcionalmente, das mais vultosas; mas já outro tanto manifestamente não sucede, por exemplo, na Alemanha Federal, na Aústria, na França, no Luxemburgo. Sensìvelmente inferiores aos da Noruega ou da França são os níveis de desenvolvimento da Polónia, da Hungria e, muito especialmente, da Jugoslávia; e, no entanto, a frequência relativa do acesso de filhos de operários às Universidades surge notòriamente mais forte nestes países do que naqueles. Econòmicamente, o Brasil encontra-se menos desenvolvido do que Portugal; e todavia, entre os seus estudantes mostra-se mais que dupla da portuguesa a percentagem de indivíduos provenientes das classes trabalhadoras industriais ou camponesas. As famílias operárias jugoslavas pertencem a uma sociedade cujo estádio de crescimento económico acusa apreciável atraso em relação ao espanhol e não excede em

[38] De facto, as diferenças de datas e de critérios, entre os vários países, nos recenseamentos e nas classificações da população activa, retiram às comparações internacionais, neste aspecto, o rigor que se desejaria. Aos coeficientes calculados não é, portanto, legítimo atribuir outro significado que não seja o de meros indicadores da *ordem de grandeza* das diferenças existentes, na época considerada.

muito o português; contudo, os seus filhos fazem estudos universitários com uma frequência várias vezes mais elevada que os das famílias de análoga condição social em Espanha ou em Portugal [39].

Esta terceira indicação concorda inteiramente com os resultados de pesquisas efectuadas nomeadamente por Ingvar SVENNILSON e C. Arnold ANDERSON. De facto, estudando a correlação estatística, à escala internacional, entre as taxas nacionais de escolarização por classes de idades e as correspondentes capitações nacionais de produto, Ingvar SVENNILSON mostrou, em 1961, que não existia ligação invariante entre a intensidade global (e por idades) do acesso à instrução e o nível de desenvolvimento económico: dum modo geral, este último parecia determinar apenas *o limite inferior* daquela. Para além de tal limite — alegava o mencionado Autor —, as decisões políticas e os comportamentos dos consumidores de instrução podem ocasionar que o desenvolvimento educacional se processe a um ritmo muito superior ao do crescimento económico [40]. Mais cingido à área dos problemas que neste ensejo directamente nos ocupam, Arnold ANDERSON pôde concluir — igualmente no termo de uma investigação de base estatística —, por um lado que «a expansão da frequência das Universidades se revela bàsicamente dependente, não do factor económico, mas de factores *culturais* da ideologia e política educacional», e por outro que «à medida que a economia se torna mais terciária (e mesmo à medida que os efectivos universitários se expandem), há quando muito uma vagarosa tendência para aumentar a proporção relativa dos estudantes oriundos dos sectores mais desfavorecidos da população» [41].

3.5 Em resumo, supomos que as seguintes proposições sumariam correctamente as conclusões que se podem deduzir da análise que acabamos de efectuar:

---

[39] As suposições feitas no texto àcerca dos níveis de desenvolvimento económico de cada um dos países referidos baseiam-se nos valores do produto nacional bruto *per capita*, em 1966, calculados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (B. I. R. D.) e publicados no *Atlas of Per Capita Product and Population*, 1966. Em dólares dos E. U. A., seriam, naquela data, as seguintes: E. U. A.-3020; Suécia-2040; Suíça-2030; Luxemburgo-1770; Dinamarca-1650; França-1540; Alemanha Federal-1540; Noruega-1520; Reino-Unido-1500; Bélgica-1460; Checoslováquia-1200; Alemanha Oriental-1120; Áustria-1020; Polónia-930; Hungria-890; Itália-850; Japão-660; Espanha-530; Jugoslávia-390; Portugal-340; Brasil-220.

[40] Cfr. Ingvar SVENNILSON, «Les objectifs de l'éducation en Europe pour 1970», no vol. *Politiques de Croissance Economique et d'Investissements dans l'Enseignement*, OCDE, Paris, 1965, em especial pp. 80 e 90.

[41] Cfr. C. Arnold ANDERSON, «Access to higher education and economic development», *in* A. H. HALSEY, Jean FLOUD and C. Arnold ANDERSON, eds., *Education, Economy and Society. A Reader in the Sociology of Education*, N. York, Free Press, 1965, p. 263.

— era muito rigorosa em 1963/64 a «selectividade social» do recrutamento universitário em Portugal;
— o nível de desenvolvimento económico já nessa data alcançado pela sociedade portuguesa seria compatível com um recrutamento estudantil socialmente menos «selectivo» (ou, por outras palavras, socialmente mais «democrático»);
— portanto, aquele alto grau de rigorismo na «selecção social» dos estudantes portugueses não era, nem exclusiva, nem sequer principalmente, atribuível ao baixo nível de desenvolvimento económico do país;
— nestas condições, o incremento do padrão nacional de desenvolvimento económico não garante só por si que, no presente ou no futuro, se verifique, por efeito induzido espontâneo, uma atenuação muito sensível da estreiteza que, na data referida, configurava a «selecção social» do «estudantado» português.

Alguns destes pontos terão ainda de ser retomados. Entretanto, assinalemos que a primeira das proposições acima referidas, além de confirmar a *hipótese* cuja verificação havíamos deixado pendente, se relaciona por forma muito estreita com uma outra, que em texto anterior enunciámos: a de, em Portugal, os mecanismos do acesso estudantil ao ensino universitário se revelarem, em perspectiva internacional e ao redor de 1961, particularmente restritivos [42]. Não parece duvidoso que entre uma tão acentuada *restritividade global* e a forte *selectividade social* agora constatada, se deve estabelecer íntima ligação. Mas, dito isto e perante o contínuo e cada vez mais rápido crescimento da população universitária, imediatamente ressurge a questão que de início pusemos: estaremos em presença de uma espontânea e progressiva «democratização» do acesso às Universidades? Antes de pròpriamente

[42] Calculámos, para 54 países, em 1961, os valores dos coeficientes de alunos a tempo completo das Universidades, por cada 1000 indivíduos com 20-24 anos. Verificámos, então, que Portugal se situava no 42.º lugar. À sua frente e distanciados por amplas diferenças, não se encontravam apenas países dos mais desenvolvidos. Mas atrás e à sua volta, sòmente se deparava com nações muito caracterizadamente subdesenvolvidas e com outras que, sendo-o menos, todavia comportavam largos sectores ètnicamente diferenciados — negros ou índios — em situação de extremo subdesenvolvimento (Vd. o artigo «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», II, 1., *Análise Social*, VI, n.os 22-23-24, 1968). Deixámos, na ocasião, em suspenso a pergunta: por que eram, à data, tão restritivos em Portugal os mecanismos sociais do acesso estudantil aos cursos universitários? Na Secção 1.ª. («A participação das Universidades na 'selecção social' dos estudantes») do artigo «O Sistema Universitário em Portugal: alguns mecanismos efeitos e perspectivas do seu funcionamento» (*ibidem*, pp. 386-404), fornecemos alguns elementos de resposta a essa interrogação.

a abordar, convém ainda que extraiamos, dos dados ao nosso dispor, mais algumas informações que nos podem fornecer.

4. Desigualdades sociais, no acesso à educação universitária em Portugal

4.1 Os coeficientes inscritos nas colunas 4 dos *Quadros n.os 5 e 6* permitem uma aproximação ao cálculo, para 1963/64, das desigualdades no acesso à Universidade em Portugal, quer segundo os níveis de instrução paterna, quer segundo os «grupos socio-profissionais» de origem.

A aproximação possível é seguramente menos grosseira no segundo caso do que no primeiro. Neste, tem de admitir-se que a repartição por níveis educacionais dos chefes-de-família corresponde sensìvelmente à dos homens que fazem parte da população activa com profissão; naquele, é a própria repartição dos chefes-de-família por «grupos socio-profissionais» que serve de termo de comparação. Em ambos os casos, abstrai-se, quer da circunstância de o número médio de filhos por família não ser provàvelmente o mesmo nos diferentes «grupos socio-profissionais», quer do facto de uma pequena parcela (7,9 %) dos estudantes ser natural do Ultramar ou do Estrangeiro. Por outro lado, pressupõe-se que as famílias com filhos em idades de frequentar cursos superiores se distribuem pelos diversos níveis de instrução, ou «grupos socio-profissionais», nas mesmas proporções em que o total das famílias abrangidas pelo Censo de 1960.

Se houvesse igualdade no acesso à educação universitária, independentemente do escalão educacional ou social das famílias de onde os estudantes provêm, as percentagens inscritas nas colunas 3 dos quadros considerados reproduziriam, *grosso modo,* as das colunas 2, e portanto os coeficientes das colunas 4 rondariam todos pela unidade. Os valores que tais coeficientes apresentam, propiciam desta sorte um processo aproximativo de *medir as desigualdades existentes,* porquanto indicam a proporção em que, na massa estudantil, a participação dos filhos de indivíduos com determinado nível de instrução, ou pertencentes a dado «grupo socio-profissional», é superior (se o valor do coeficiente excede a unidade) ou inferior (se esse valor não a atinge) à que lhes caberia em condições igualitárias de acesso às Universidades. Dividindo o coeficiente de um certo nível (ou «grupo») X pelo de um outro nível (ou «grupo») Y, o quociente obtido *indica,* por conseguinte, o *número de vezes que são superiores* às dos filhos de indivíduos do nível (ou «grupo») Y, as «frequências relativas de

acesso» à educação universitária dos filhos de indivíduos do nível (ou «grupo») X[43].

Efectuadas todas as divisões pertinentes, obtiveram-se os resultados que figuram no *Quadro n.º 9*. Através deles, o já assinalado rigorismo que informa o recrutamento estudantil português transparece com muito maior clareza.

Desigualdades no acesso à Universidade

QUADRO 9

	Grupo IV (o mais alto)	Grupo III (médio-alto)	Grupo II (médio-baixo)
Grupo I (o mais baixo)	163,7	89,1	6,0
Grupo II (médio-baixo)	27,3	14,8	1,0
Grupo III (médio-alto)	1,8	1,0	—
Grupo IV (o mais alto)	1,0	—	—
	Instrução superior	**Instrução secundária ou média**	**Instrução primária**
Sem instrução	487,5	196,8	18,7
Instrução primária	26,0	10,5	1,0
Instrução secundária ou média	2,5	1,0	—
Instrução superior	1,0	—	—

N. B.: Os valores inscritos neste Quadro referem *o número de vezes* que as «frequências de acesso» à Universidade dos filhos de indivíduos pertencentes aos grupos socio-profissionais (ou com os níveis de instrução) indicados *ao alto de cada coluna*, excedem as «frequências» dos filhos de indivíduos pertencentes aos grupos socio-profissionais (ou com os níveis de instrução) indicados *à esquerda de cada linha horizontal*.

4.2 Em primeiro lugar, entre o topo e a base de ambas as hierarquias consideradas — a dos «grupos socio-profissionais» e a dos níveis de instrução —, regista-se uma avultadíssima diferença. Comparativamente aos da base, os filhos de indivíduos do topo aparecem beneficiários de «frequências de acesso» *164 vezes* mais numerosas na primeira escala e *487 vezes* na segunda.

Não há motivo para suspeitar que estes valores erram por excesso. A respeito do primeiro, tem mesmo de se julgar provável

[43] Mais uma vez há que insistir em que os quocientes apresentados são simples indicadores da *ordem de grandeza* das desigualdades reais, e não medidas exactas dessas desigualdades.

que peque *por defeito,* uma vez que o número médio de filhos por família — ao contrário de, conforme suposemos nos cálculos, não variar de uns para os outros «grupos socio-profissionais» — é presumìvelmente mais elevado no «grupo» I (o mais baixo) do que no «grupo» IV (o mais alto). Quanto ao segundo valor indicado, a circunstância de a percentagem de indivíduos «sem instrução» ser seguramente mais forte entre os chefes-de-família com filhos em idade de frequentar cursos universitários do que na totalidade da população activa masculina com profissão (há que ter em mente, com efeito, os progressos da escolarização e da instrução nas gerações mais recentes) inclinar-nos-ia a supô-lo igualmente *minorado* em relação ao que se obteria trabalhando com informação mais adequada; mas uma tal suposição é compensada pela possibilidade de uma parte dos inquiridos pela CODES haver atribuído a seus pais um «curso primário» quando simplesmente não fossem analfabetos, reduzindo assim a percentagem correspondente aos «sem instrução».

Além do confronto entre os extremos superior e inferior das duas escalas, é util a comparação por sucessivos pares de níveis (ou «grupos») contíguos. Partindo dos mais altos para os mais baixos, têm-se, como pode verificar-se no *Quadro n.º 9,* as duas seguintes séries de valores: *2,5 ... 10,5 ... 18,7,* na escala dos níveis de instrução paterna; e *1,8 ... 14,8 ... 6,0,* na dos «grupos socio-profissionais». Naquela, as desigualdades inter-níveis contíguos acentuam-se, em proporção crescente, à medida que se desce na escala, de tal modo que o desfavor dos indivíduos que se localizam em determinado patamar, em face dos que se situam no patamar imediatamente superior, é *tanto maior quanto mais nos aproximamos do fundo da escala da educação parental.* Não se verifica outro tanto na escala dos «grupos socio-profissionais»: aqui, *a mais forte e saliente desigualdade inter-grupos contíguos encontra-se a meio,* ou seja: na passagem do «grupo» III (camadas médias-altas) ao «grupo» II (camadas médias-baixas); entre este e o «grupo» I (camadas baixas, classes trabalhadoras), a desigualdade é ainda muito sensível, mas francamente menor; no inter-grupo IV/III (classes dominantes, camadas altas/médias burguesias, camadas médias-altas), a desigualdade, sem se tornar despicienda, reduz-se contudo ao mínimo dos valores registados no quadro.

4.3 Cremos que os resultados obtidos autorizam um certo número de conclusões que podem sintetizar-se nos termos seguintes:

— a fundamental linha divisória entre os que, ao redor de 1963 desfrutavam de consideráveis «frequências de acesso»

à educação universitária e os que as tinham nulas ou muito escassas coincidia aproximadamente com a que separa as camadas médias-altas das camadas médias-baixas e não, como espontâneamente se poderia supor, com a que distingue as chamadas «classes médias» do operariado fabril e camponês;

— abaixo daquela linha, situavam-se cerca de nove décimos (*89,3 %*, segundo o Censo de 1960) das famílias residentes em Portugal; as «frequências» elevadas, ou relativamente elevadas, restringiam-se, portanto, ao decil mais favoràvelmente colocado na estrutura social portuguesa;

— a análise comparativa, por níveis de instrução paterna, das «frequências de acesso» às Universidades revela que, também no interior dos nove décimos globalmente desfavorecidos, se verificavam grandes desigualdades; deve-se nomeadamente admitir como muito provável que, para os indivíduos originários das famílias cujos chefes conjugavam a condição de trabalhador manual com a ausência de instrução, o bloqueamento do acesso à educação universitária era quase absoluto;

— a informação examinada dá crédito à hipótese de a acentuada restritividade global que caracterizava por volta de 1961 o acesso estudantil ao ensino superior português e que não é exclusivamente, nem mesmo principalmente, atribuível ao fraco desenvolvimento económico do país, se dever em parte considerável à ausência (ou ao nível rudimentar) de instrução da grande maioria da população nacional.

Em relação com estes dois últimos pontos, tenha-se presente o *Quadro n.º 10*, onde se indicam as percentagens, em 1960 ou 1961, de indivíduos *sem instrução* na população activa masculina com profissão, quer por grandes categorias profissionais, quer por zonas socio-ecológicas, quer ainda por grandes sectores da actividade económica. Com toda a evidência, as profissões agrícolas, piscatórias e mineiras, as zonas rurais e o sector primário aparecem aí marcados, sob o ponto de vista que neste lugar nos interessa, por um extremo desfavor.

4.4 De que significado se revestem, quando confrontadas com as que se registam noutros países, *as desigualdades* que apurámos para Portugal, quanto a «frequências relativas de acesso» às Universidades nos diversos «grupos socio-profissionais»? Comparativamente, surgem-nos como altas, baixas ou tão-só medianas?

População activa masculina com profissão
(percentagens de indivíduos sem instrução)

QUADRO 10

	Totais (milhares)	Sem instrução (*a*)	
		Número (milhares)	Percentagem (3) / (2) × 100
1	2	3	4
CONJUNTO	2 713,0	1 573,1	57,9
1. Profissões liberais, técnicos e equiparados	46,4	2,4	5,2
2. Directores e quadros administrativos superiores	45,1	13,9	30,8
3. Empregados de escritório	133,3	18,9	14,2
4. Comerciantes e vendedores	180,4	66,2	36,7
5. Agricultores, pescadores e equiparados	1 332,3	996,3	74,8
6. Mineiros e equiparados	19,2	14,3	74,6
7. Trabalhadores dos transportes e comunicações	93,2	30,4	32,6
8. Artífices e operários	748,1	384,3	51,4
9. Trabalhadores dos serviços, desportos, etc.	97,9	36,2	37,0
10. Profissões mal definidas	17,2	10,4	60,5
11. Centros urbanos	579,2	207,4	35,8
12. Zonas rurais	2 133,8	1 365,7	64,0
13. Sector primário (1960)	1 332,3	996,3	74,8
14. Sector secundário (1961)	—	—	47,6
15. Sector terciário (1961)	—	—	14,2

(*a*) Inclui os analfabetos e os indivíduos que, embora sabendo ler, não possuiam, nem frequentavam qualquer grau de ensino.

FONTES: Para 1 a 13: *X Recenseamento Geral da População*, 1960, Tomo V, vol. 1.º; para 14 e 15: A. Simões LOPES, *Estrutura da População Activa Portuguesa*, vol. I, Quadros 2.60 e 2.61.

Dos *Quadros n.os 7 e 8* já sobressai que são altas. Mas o *Quadro n.º 11* revela-o mais claramente. Aí se encontra estabelecida, para cada um dos países-membros da O.C.D.E. [44], a compa-

Comparação das «frequências de acesso» à Universidade, consoante os estudantes provêm da categoria socio-profissional mais elevada ou da categoria socio-profissional mais baixa

QUADRO 11

Países	Anos	Categoria superior/ /categoria inferior
Estados-Unidos	1958	5:1
Jugoslávia (*a*)	1960/61	6:1
Bélgica	1962/63	7:1
Noruega (*a*)	1964/65	7:1
Reino-Unido	1961/62	8:1
Dinamarca	1964/65	16:1
Irlanda (*b*)	1961	20:1
Suiça	1959/60	23:1
Suécia	1960/61	26:1
França	1964/65	30:1
Japão (*a*)	1961	30:1
Itália	1964/65	34:1
Áustria	1965/66	40:1
Holanda (*a*)	1964/65	41:1
R. F. Alemanha	1964/65	48:1
Luxemburgo (*a*)	1964/65	65:1
Espanha	1962/63	87:1
PORTUGAL	1963/64	164:1

(*a*) Na categoria inferior, não estão compreendidos os assalariados agrícolas.

(*b*) A categoria inferior compreende trabalhadores não-manuais de nível inferior.

FONTE: (excepto para Portugal): OCDE, Comité du Personnel Scientifique et Technique, *Conférences sur les Politiques d'Expansion de l'Enseignement*, Rapport de Base n.º 4, *Disparités entre les Groupes en Matière de Participation à l'Enseignement*, quadro D.

[44] À excepção da Grécia, porque os cálculos efectuados pela O. C. D. E. nos parecem, quanto a este país, extremamente duvidosos. Quanto a Portugal, estão errados, como fácil é verificar, devido a um engano na manipulação dos dados do inquérito CODES. Por este motivo, o valor do coeficiente inscrito no *Quadro n.º 11* a respeito de Portugal é o que nós próprios obtivemos ao elaborar o *Quadro n.º 9*, e não o calculado pela O. C. D. E.

ração das «frequências de acesso» aos cursos universitários dos estudantes oriundos das «categorias socio-profissionais» mais elevadas e dos provenientes das «categorias socio-profissionais» mais baixas. Tal comparação acha-se expressa através de coeficientes calculados pelo processo utilizado para obter os valores inscritos no *Quadro n.º 9*. Os países estão dispostos segundo a ordem crescente das desigualdades que os respectivos coeficientes traduzem.

No extremo superior da lista depara-se com os Estados-Unidos, onde as «categorias socio-profissionais» mais elevadas beneficiam de «frequências de acesso» às Universidades *cinco* vezes maiores que as das «categorias socio-profissionais» mais baixas. No extremo inferior, situa-se Portugal com o coeficiente já anteriormente referido de *164*. Na maioria dos demais países, as desigualdades descobrem-se muito largas; contudo, em *nenhum* alcançam dimensões que se assemelhem às que atingem no caso português.

Sem dúvida, não há que tomar como medida exacta das *diferenças entre as desigualdades* nos diversos países as *diferenças entre os coeficientes* calculados para cada país — designadamente porque não foi possível evitar heterogeneidades na composição estatística das «categorias socio-profissionais» mais elevadas [45]. Todavia, o desnível entre o coeficiente português e todos os outros é de tal modo amplo, que não se vê como possa evitar-se a conclusão de que, no âmbito do conjunto de nações considerado, *as desigualdades, quanto a «frequências de acesso» às Universidades, entre os «grupos socio-profissionais» situados nos dois polos da escala social, eram em Portugal excepcionalmente fortes, por volta de 1963/64.*

5. Acesso à Universidade e mobilidade social

5.1 Em análises semelhantes à que acabamos de efectuar, a comparação inter-grupos das «*frequências relativas* de acesso» à educação universitária é geralmente apresentada como um estudo diferencial das «*oportunidades* de acesso» àquele grau de instrução. Parte-se, implìcitamente, do princípio de que, se os indivíduos dispõem de efectivas *possibilidades* materiais (ou seja, diz-se: de «oportunidades») para frequentar cursos universitários, seguramente *não deixam de as aproveitar,* pelo que as desigualdades sociais *verificadas na frequência* desses cursos traduzem e medem exactamente *desigualdades de «oportunidades»* (no sentido de desigualdades de «possibilidades materiais»).

---

[45] Vd. àcerca dessas heterogeneidades de país para país, o Anexo A.2. do estudo da O. C. D. E. citado como Fonte do *Quadro n.º 11.*

Um tal pressuposto é insustentável; confunde uma simples averiguação de factos com a sua explicação; ou melhor: dá dos factos a que se refere uma interpretação *aprioristica* e economicista, decorrente de pré-conceitos «espontâneos». Acresce que está em desacordo com a informação disponível. Por exemplo: a muito menor «frequência relativa» com que, na Alemanha Ocidental ou na França, por comparação com a Suécia ou o Reino-Unido, os filhos de trabalhadores manuais ingressam nas Universidades, não se vê como possa encontrar explicação aceitável *num desnível de possibilidades materiais* (ou de «oportunidades») entre os trabalhadores desses países. De resto, como notou o já citado Arnold ANDERSON, os dados estatísticos internacionalmente conhecidos demonstram claramente «a propensão das famílias, em certos grupos de numerosas nações, para não aproveitar, por causa dos seus próprios preccnceitos tradicionais, oportunidades existentes, inteiramente acessíveis às capacidades dos seus filhos» [46]. Evidentemente, os «preconceitos tradicionais» a que ANDERSON se refere são *um produto (introjectado nos indivíduos) das estruturas, das relações e instituições sociais.* Deste modo, o facto de, mesmo em países altamente desenvolvidos do ponto de vista económico, se manterem fortes ao ponto de ocasionarem os efeitos que o Autor menciona não pode deixar de levantar o problema de quais são as estruturas, as formas de relações e instituições sociais, que lhes conferem tal força. Este problema poderia constituir o ponto de partida para a construção de *uma teoria sociológica,* que está por fazer, dos movimentos de acesso às Universidades. Neste lugar, e como é evidente, não nos seria sequer possível esboçá-la. Seja porém como for, há que recusar a identificação que geralmente se faz entre «frequências» e «oportunidades», tomadas estas na acepção de «possibilidades materiais» [46a].

Uma outra óptica possível mas não exclusiva, é a que enfoca em termos de *mobilidade* as desigualdades sociais constatadas no acesso estudantil aos cursos universitários. Comecemos, no entanto, por destrinçar dois tipos de mobilidade individual inter-gerações: de um lado, uma mobilidade *social,* movimento de entrada dos filhos em classes ou camadas sociais mais altas, ou mais baixas, que as de seus pais, e do outro, uma mobilidade *educacional,* que definiremos, para os fins da análise em curso, como simples movimento de acesso dos filhos a níveis de instrução superiores

---

[46] Cfr. C. Arnold ANDERSON, «Access to higher education and economic development», in A. H. HALSEY, Jean FLOUD and C. Arnold ANDERSON, eds., *Education, Economy and Society. A Reader in the Sociology of Education,* New York, Free Press, 1967, p. 263.

[46a] Porque o termo «oportunidades» é equívoco e recobre, a nosso ver, diversos conceitos que andam confundidos, o mais conveniente seria talvez aboli-lo do vocabulário das investigações sociais.

ou inferiores àqueles que seus pais alcançaram. Estes dois tipos de mobilidade *individual* podem, como é óbvio, ocorrer simultânea e associadamente; mas também podem dissociar-se. Se, por exemplo, o filho de um homem de negócios cujo nível de instrução é apenas primário faz estudos mais avançados que os de seu pai, vindo contudo a ocupar na sociedade uma posição idêntica à dele, é evidente ter de registar-se, a seu respeito, uma mobilidade *educacional,* mas não pròpriamente uma mobilidade *social.*

5.2 Introduzida a distinção que acabamos de estabelecer, ressalta um ponto importante que nos parece imprescindível sublinhar.

De uma parte, o inquérito CODES revela, não só que *71,3 %* dos estudantes das Universidades eram em 1963/64 filhos de indivíduos com níveis de instrução *inferiores ao universitário,* mas ainda que os pais de *35,2 %* de tais estudantes não tinham ultrapassado o grau primário de instrução ou nem sequer o haviam atingido. Estes valores denotam seguramente um movimento considerável de mobilidade *educacional* ascendente. Ao mesmo tempo, sugerem que, entre a geração dos avós e a dos pais dos estudantes, haja ocorrido igualmente um movimento de ascensão *social.* Com efeito, uma vez que, conforme se vê, a grande maioria dos avós dos estudantes sòmente proporcionou instrução elementar ou secundária aos seus filhos, e que estes, por seu turno, vieram a oferecer aos respectivos descendentes uma instrução de nível universitário, não pode arredar-se a possibilidade de uma tal diferença inter-generacional de comportamentos ser devida, *parcialmente,* a um processo de promoção social exterior às Universidades, verificado de uma para a outra das duas gerações imediatamente antecessoras da dos estudantes que foram inquiridos [47].

De outra parte, o mesmo inquérito aduz que tão-só *15,3 %* dos alunos interrogados provinham dos dois «grupos» de mais baixo nível socio-profissional acima identificados. Isto significa — dado que esses «grupos» abrangiam, como vimos, perto de 90 % das famílias residentes em Portugal — que o movimento de elevação social (ou, mais exactamente: de mobilidade social ascendente individual) *através das Universidades* se processava, à data do inquérito, essencialmente *dentro de faixas muito restritas e mais ou menos privilegiadas da sociedade portuguesa.*

---

[47] Sublinhámos *parcialmente,* porque nos parece que sería ir longe de mais na desconfiança metodológica em relação às «evidências espontâneas», pôr em dúvida que a mobilidade *educacional* constatada se deve, decerto que em larga medida, ao desenvolvimento do interesse pelo acesso à educação universitária em certas categorias sociais que, anteriormente, lhe atribuiam muito menor importância. Retomaremos este ponto mais adiante.

Ora, da conjugação destes dois feixes de observações não será que resulta confirmação, em Portugal, do que Marialice FORACCHI notou a respeito do Brasil? Ou seja: que, no quadro dos mecanismos sociais da mobilidade ascendente, *o acesso à educação universitária* «*é, sobretudo, factor de consolidação da trajectória social já percorrida*» e «representa menos uma oportunidade original de ascensão na escala social do que *um prémio* que sanciona e legaliza a conquista de novas posições» [48].

5.3 Na *Figura n.º 3*, encontra-se gràficamente reproduzido o esquema do movimento de mobilidade social individual através das Universidades, revelado pelo inquérito CODES. Trata-se de uma representação sintética (e amputada — é indispensável notá-lo — da maior parte da sua extensão no sentido da horizontalidade) de um imaginário *corte vertical* na estrutura de classes e camadas da sociedade portuguesa. Em tal figuração, as Universidades aparecem como uma espécie de «cunha» embutida nessa estrutura: enquanto que a sua parte larga se localiza ao nível das duas categorias superiores, a sua parte estreita, depois de perfurar a penúltima categoria inferior, só ao de leve penetra na que de todas é a mais baixamente colocada (classes trabalhadoras).

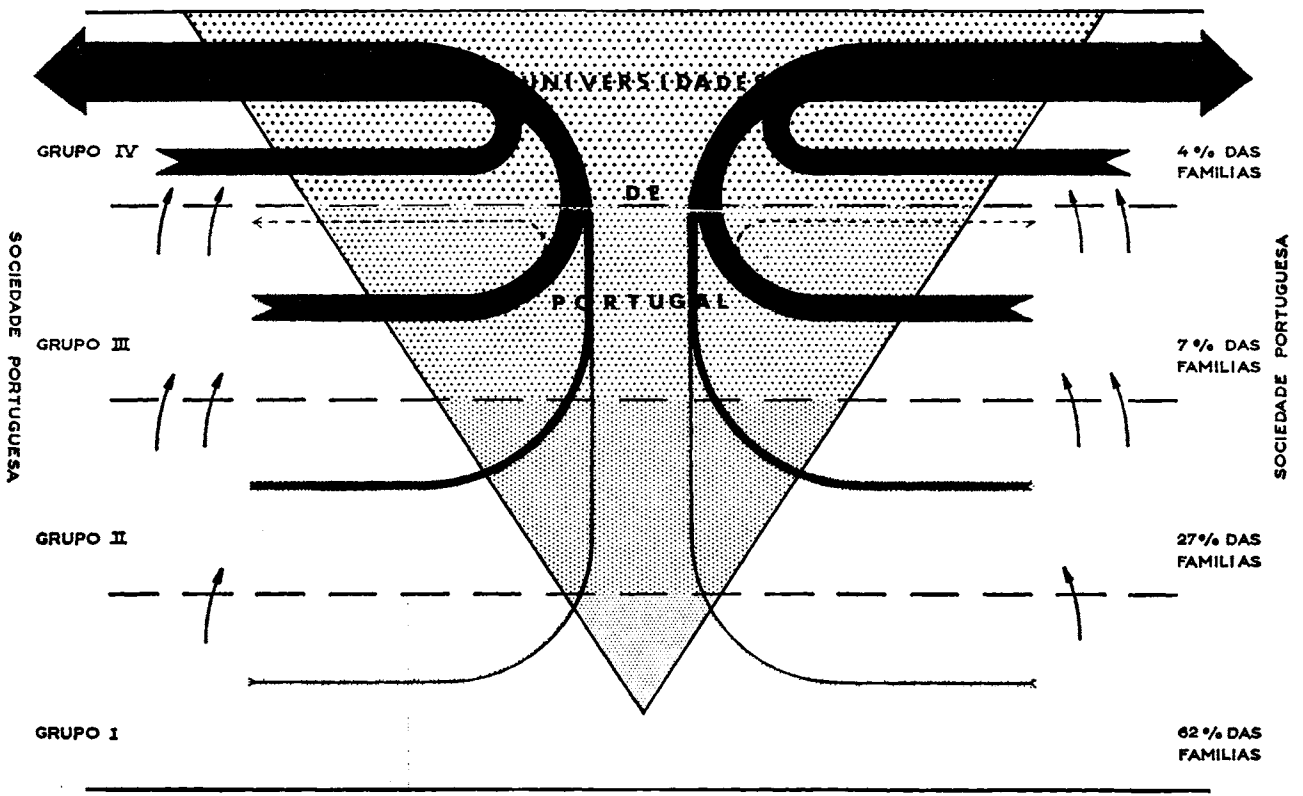
Na mesma figura, os movimentos de mobilidade social ascendente que se processam no exterior das Universidades são simplesmente evocados, sem qualquer propósito de sugerir o seu volume ou natureza, pelas pequenas flechas que atravessam as fronteiras inter-categorias sociais. As linhas a cor figuram os movimentos de mobilidade que perpassam *através das próprias Universidades:* as respectivas espessuras são proporcionais às intensidades dos fluxos sociais por elas representados. O facto de todos estes movimentos serem figurados a convergir num fluxo único, que se escoa por fim essencialmente no «grupo» IV, justifica-se em razão de neste «grupo» estar decerto incluída a generalidade das famílias de indivíduos com instrução universitária (tirante, porém, as de professores dos ensinos liceal e técnico, contadas no «grupo» III) [49].

---

[48] Cfr. Marialice FORACCHI, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Comp. Nacional Editora, 1965, pp. 300-301.

[49] Aliás, como uma parte, cuja importância desconhecemos, dos licenciados segue também as carreiras do magistério liceal e técnico, duas flechas a tracejado referem um tal movimento, sem todavia nada significarem àcerca da sua dimensão. Para a conveniente «leitura» do gráfico, tenha-se ainda presente o seguinte: — 1.º) As amplitudes atribuidas na vertical às diversas categorias sociais não têm qualquer relação com as efectivas dimensões de cada uma destas na sociedade portuguesa; por exigência gráfica, as correspondentes linhas horizontais divisórias foram traçadas de modo a respeitar apenas (e grosseiramente) as proporções verificadas, *dentro das Universidades*, entre os vários «grupos socio-profissionais» de origem. — 2.º A grandeza real de cada categoria social encontra-se expressa, à direita do gráfico, em percentagem

ESQUEMA PROVÁVEL DO MOVIMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL,
ATRAVÉS DAS UNIVERSIDADES, EM PORTUGAL



Figuara n.º 3

Naturalmente que, do exame desta figura, o que primeiro ressalta — agora talvez com maior evidência — é aquilo mesmo que por duas vezes, mas sob perspectivas diferentes, já antes fizemos notar: que o movimento de mobilidade social ascendente através do acesso à educação universitária decorria em Portugal, na época em que o inquérito CODES foi realizado, bàsicamente no interior de faixas muito estreitas e mais ou menos privilegiadas da sociedade [50].

Contudo, uma outra observação pode ser feita a propósito da extrema tibieza dos fluxos ascensionais que, avançando pela via do acesso àquele nível de instrução, têm origem nas vastas categorias sociais médias-baixas e inferiores, conglobantes de respectivamente *27 %* e *62 %* (ou seja, no conjunto: *89 %*) das famílias. Uma tão manifesta debilidade permite, com efeito, concluir que, no nosso país e ao redor de 1963/64, *para que um indivíduo oriundo dessas categorias sociais viesse a ocupar posição, mediante realização de estudos superiores, dentro do «grupo» socio-profissional» mais elevado, era por via de regra necessário que prèviamente e por outros canais de mobilidade a sua família houvesse efectuado um percurso de ascensão social que a tivesse feito entrar em alguma das limitadas classes e camadas componentes do decil superior da sociedade portuguesa.*

É imprescindível ter presente que esta situação se verificava num momento em que, conforme inicialmente referimos, a população estudantil das Faculdades já entrara, desde uma data assaz distante, num processo de crescimento em ritmo cada vez mais acelerado. Por isso mesmo, relembremos, contra apenas *12* alunos universitários por cada 10 000 habitantes em 1940/41, havia já *28,5* em 1964/65.

---

do total de famílias em 1960; à esquerda, referenciam-se os «grupos socio-profissionais». — 3.º) Ao fixar numa imagem dual e simétrica o esquema dos fluxos de mobilidade através das Universidades, obedeceu-se exclusivamente a necessidades de equilíbrio gráfico, que resultaram da forma de «cunha» adoptada na figuração do modo como, sob certa óptica, as Universidades se incrustam na estrutura social.

[50] Em rigor e uma vez que estamos a examinar movimentos de mobilidade social, implicando alteração das posições dos indivíduos na *sociedade*, deveríamos utilizar dados respeitantes, não às origens sociais dos alunos que se encontravam, em 1963/64, *dentro* das Universidades, mas às dos que, nesse ano, dela iriam *sair* (os finalistas). A CODES, que não efectuou os correspondentes apuramentos, forneceu, porém, os que dizem respeito aos alunos dos *3.os e seguintes anos* dos vários cursos, a partir dos quais se podem obter os seguintes resultados: Grupo I — *4,3 %*; Grupo II — *11,7 %*; Grupo III — *43,5 %*; Grupo IV — — *39,3 %*. Comparando esta distribuição com a que se acha representada na *Figura n.º 2*, nota-se que o Grupo IV (o mais alto) aparece ligeiramente desfavorecido em proveito do Grupo III. Mas o perfil geral dos fluxos de mobilidade não sofre alteração apreciável.

Fica assim confirmado o que em anterior passo desta pesquisa tínhamos suposto: que esse crescimento pôde efectuar-se sem romper com um esquema de acesso às Universidades fortemente «selectivo» do ponto de vista social — ou seja, para nos exprimirmos nos novos termos que se nos oferecem agora: sem alterar significativamente uma configuração dos mecanismos de mobilidade social onde a passagem através das Universidades se apresenta, *quando efectivamente significa mobilidade ascendente,* como um *troço complementar* de percursos ascensionais prèviamente realizados mediante outros processos de elevação na sociedade. E volta a pôr-se a questão de se o quadro de parâmetros *estruturais* (socio-económicos, institucionais, culturais) que se revelou capaz de manter intacto aquele esquema durante um tão largo prazo, terá podido sofrer, depois de 1963, mudanças suficientemente importantes para determinarem nos mecanismos focados uma sensível modificação. Tempo é de não esconder o nosso cepticismo quanto a este ponto — e ver-se-á que temos algumas razões para o fundamentar.

5.4 Atentemos, porém, ainda um pouco, nos fluxos originários dos «grupos» altamente colocados (o III e o IV). Evidentemente, só ao fluxo proveniente do «grupo» III se deve atribuir um indubitável significado de mobilidade *social* e não de mobilidade meramente *educacional.* Terá a sua importância relativa progredido, estacionado ou regredido, no período *anterior* a 1963/64?

Sob este respeito, apenas se sabe que, no inquérito efectuado pela Juventude Universitária Católica *em 1952/53* a uma *vasta amostra* (infelizmente não obtidas mediante adequadas técnicas de amostragem) de estudantes universitários, se encontrou que os pais de *42,9 %* dos inquiridos cabiam em quatro das cinco «profissões» reunidas no «grupo» III [51]. A fazer fé nesta indicação, haveria de dizer-se que em 1952/53 os estudantes provindos deste «grupo» representavam cerca de *45 %* da população universitária, contra *42 %* em 1963/64. Não andaremos certamente longe da verdade, se admitirmos que entre os dois referidos anos *a parte percentual do «grupo» III nessa população se manteve relativamente estável.*

---

[51] Cfr. Rui MACHETE, «A origem social dos estudantes portugueses», citado *supra*, na nota 1, *Quadro IV*, pp. 228-229. As aludidas quatro profissões do «grupo» III são as seguintes: pequeno industrial ou comerciante de retalho; empregado categorizado de empresa particular; proprietário rural; oficial das Forças Armadas ou da Marinha Mercante. A única profissão a respeito da qual o inquérito de 1952/53 não fornece informação é a de professor do ensino secundário. Esta profissão era a dos pais de *2,9 %* dos estudantes inquiridos em 1963/64.

Simplesmente: sendo assim, deixa de ter fundamento a opinião amiúde expressa de que o notável incremento, já assinalável em 1963, da massa estudantil se devia, *bàsicamente,* ao incremento quantitativo e/ou ao progresso económico das chamadas «classes médias-altas», que manifestamente integram a parcela mais significativa daquele «grupo». Certo é haver-se já referido também que o modo como os estudantes se repartiam, em 1963/64, segundo os diferentes níveis paternos de instrução *sugere* que da geração dos seus avós para a dos seus pais ocorreu um considerável movimento de mobilidade social ascendente (aliás insusceptível, com os elementos conhecidos, de ser quantificado). Mas este ponto não oferece argumento proveitoso para a citada opinião, porquanto o simples facto de se conservar relativamente estável, no interior de uma população em notório processo de crescimento, a parte percentual do «grupo» III, implica que, em valor absoluto, o número de estudantes oriundos deste «grupo» se expandiu consideràvelmente e ao mesmo ritmo que a população universitária global. Ora, não custa admitir, antes pelo contrário, que uma tal expansão tenha sido ocasionada (se bem que, a nosso ver e por motivos que adiante indicaremos, mais provàvelmente *só em parte*) por um movimento de elevação social, quer das próprias «classes médias-altas» colectivamente consideradas, quer de indivíduos movendo-se de outras categorias sociais em direcção a elas.

Entretanto, o que mais impressiona é que também o contributo *percentual* do exíguo «grupo» IV (apenas *3,8 %* das famílias em 1960, consoante já vimos) para a população universitária, não mostre sinais de declínio até 1963, mau grado o forte acréscimo *absoluto* do número de estudantes. Com efeito, tal contributo, cifrado em *42.3 %* no ano lectivo de 1963/64, teria sido de *40* ou *41 %* em 1952/53, segundo o inquérito JUC dessa data [52]. Uma vez mais se denota uma *constância,* agora da participação *relativa* deste «grupo» no recrutamento estudantil.

Parece certo portanto que, até à data do inquérito CODES, o volume de estudantes originários das classes e camadas do topo subiu pelo menos tão ràpidamente quanto o do «estudantado» em geral. Como não se afigura de aceitar — até em razão, mas não só, da própria exiguidade do «grupo» IV — que semelhante acréscimo haja sido induzido, quanto ao essencial, por uma expansão quantitativa daquelas categorias sociais, então parece indispen-

[52] Resultado obtido por adição de três parcelas directamente fornecidas pelo inquérito (filhos de funcionários superiores — *13,4 %*; filhos de proprietários urbanos — *4,1 %*; filhos de industriais e comerciantes grossistas — *9,0 %*) e de uma quarta obtida por estimativa (4/5 de *18 %*, correspondentes a filhos de profissionais liberais, directores ou funcionários superiores de empresas particulares, professores do ensino secundário e professores do ensino primário).

sável inferir a seguinte conclusão, à primeira vista um pouco inesperada: no período para o qual se dispõe de dados, *aumentou nos escalões dominantes e superiores da sociedade portuguesa a propensão à procura de instrução universitária.* Por outras palavras: tudo indica que, entre os jovens pertencentes a esses escalões, se tornou proporcionalmente muito maior o número daqueles que passaram a procurar as Universidades.

5.5 A que se deveu a intensificação do afluxo às Universidades de indivíduos provenientes das classes e camadas superiores? Em parte muito considerável, sem dúvida que à vigorosa tendência que, conforme mostrámos noutro lugar [53], tem vindo a desenvolver-se em Portugal no sentido de as mulheres jovens dessas categorias sociais, bem como as das camadas médias-altas, procurarem, com uma frequência cada vez mais próxima da que se verifica entre os homens com as mesmas origens sociais, realizar estudos universitários.

No *Quadro n.º 12* transparece a evolução sofrida, entre 1940/ /41 e 1969/70, pela participação percentual do sexo feminino no total dos discentes inscritos nas Universidades. Em 1940/41, as alunas não chegavam a representar 20 % da população estudantil, e dez anos mais tarde, em 1950/51, ainda mal atingiam 25 %. Cinco anos depois, já alcançavam 30 %, posição que mantiveram sem sensível mudança até 1960/61. A partir desta última data, as taxas de «feminização» do «estudantado» universitário passaram, porém, a acusar um incessante e acentuado crescimento, de tal modo que em 1969/70 cerca de *45 %* dos estudantes eram mulheres.

Entre 1952/53, data do inquérito JUC, e 1963/64, data do inquérito CODES — período para o qual pudemos assinalar a referida intensificação do afluxo às Universidades de indivíduos provenientes das classes e camadas superiores —, a parcela feminina da população estudantil elevou-se de 26,5 % para 38,3 %. Os resultados do inquérito CODES indicam com toda a clareza que esta forte subida foi ocasionada essencialmente por uma afluência de jovens oriundas quer do «grupo» III (médio-alto), quer sobretudo do «grupo» IV (superior). Com efeito, em 1963/64 e de acordo com aquele inquérito, cerca de *46 %* das alunas pertenciam ao «grupo» IV e *40 %* ao «grupo» III [54]. Assim, não é lícito pôr em dúvida que *um dos principais factores que contribuiram para a expansão da procura dos cursos superiores por parte de indivíduos provenientes do «grupo» IV foi o progressivo incremento da*

[53] Vd. A. SEDAS NUNES, «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», II.4.a) e b), *Análise Social*, VI (22-23-24), 1968, pp. 329-336.

[54] Cfr., no artigo citado na nota anterior, o *Quadro n.º 12*, p. 333.

Crescimento da percentagem de indivíduos do sexo feminino na população estudantil universitária, entre 1940/41 e 1969/70

QUADRO 12

Anos lectivos	% de mulheres entre os estudantes	Anos lectivos	% de mulheres entre os estudantes
1940/41	19,4 %	1962/63	35,4 %
1950/51	24,9 %	1963/64	38,3 %
1952/53	26,5 %	1964/65	38,9 %
1954/55	28,9 %	1965/66	40,3 %
1956/57	30,6 %	1966/67	41,0 %
1958/59	29,6 %	1967/68	42,3 %
1960/61	31,0 %	1968/69	42,5 %
1961/62	34,2 %	1969/70	44,9 %

FONTES: I. N. E., *Estatísticas da Educação* e *Anuários Estatísticos* dos anos respectivos.

tendência dos elementos femininos desse «grupo» para realizarem estudos universitários.

É possível estimar que, numa tal expansão da procura decorrente do «grupo» IV, 55 a 60 % corresponderam a aumento de procura feminina [55] e 40 a 45 % a aumento de procura masculina. Deste modo, tem de concluir-se que, no interior desse «grupo», não foi apenas a procura feminina, mas *também* a procura masculina dos cursos universitários que *se ampliou de forma relevante.* Em que medida esta ampliação do número de estudantes varões do «grupo» IV resultou simplesmente do alargamento das dimensões do próprio «grupo» IV? Em que medida o excedeu, reflectindo uma propensão mais forte dos elementos varonis do «grupo» para efectuarem estudos universitários? Infelizmente, os dados respeitantes à composição social da população portuguesa fornecidos pelos

[55] Efectivamente, entre 1952/53 e 1963/64, o total dos estudantes universitários provenientes do «grupo» IV (classes superiores) terá subido, segundo as percentagens fornecidas pelos inquéritos JUC e CODES, de cerca de 5,8 milhares para 10,1 milhares, ou seja: terá registado um acréscimo de *4,3 milhares.* No mesmo período, o número de alunas inscritas nas Universidades elevou-se de cerca de 3,8 milhares para 9,1 milhares, o que representou um aumento de 5,3 milhares. Se suposermos, tomando a percentagem fornecida para 1963/64 pelo inquérito CODES, que *46* % deste aumento correspondeu a crescimento do número de alunas originárias do «grupo» IV, obtêm-se cerca de *2,5 milhares,* o que representa *58* % do referido acréscimo de *4,3 milhares* verificado no total de estudantes universitários provenientes desse mesmo «grupo».

Censos de 1950 e 1960 não são comparáveis em termos que permitam responder cabalmente a estas interrogações.

Todavia, como o acréscimo verificado entre 1952 e 1963 no quantitativo dos estudantes do «grupo» IV não foi presumìvelmente inferior a 35 %, torna-se pouco crível que haja podido derivar *ùnicamente* do alargamento das dimensões do seu próprio «grupo». Na verdade, se assim fosse, haveria de admitir-se que este «grupo» cresceu, entre aquelas datas, a um ritmo *pelo menos quatro vezes mais rápido* que o do crescimento da população do país (a qual, no mesmo prazo, apenas se elevou de 8 %), suposição que se afigura bastante improvável. Por outro lado, seria igualmente necessário pressupor que o «grupo» IV era em 1950 sensìvelmente mais exíguo do que o sugerem, mau grado as referidas dificuldades de comparação, as indicações que se podem extrair do Censo desse ano [56]. Parece, pois, indispensável reconhecer que, no período considerado, se tornou de facto *proporcionalmente maior,* entre os jovens *do sexo masculino* — e não só entre os do sexo feminino — *do «grupo» IV, o número daqueles que passaram a procurar as Universidades.*

5.6 Digamos portanto que, *mais frequentemente do que antes* e similarmente ao que tem vindo a acontecer por exemplo em França [57], os filhos de industriais, lavradores, comerciantes, proprietários e outros componentes do «grupo» IV deixaram de fazer apenas estudos primários ou secundários.

Este facto tem forçosamente de interpretar-se como significante de que, no sistema de atitudes e valores desse «grupo», ocorreu uma sensível modificação que tendeu a reforçar a importância nele colectivamente atribuída, quer à aquisição dos níveis mais elevados da instrução, quer ao próprio acesso à condição de membro do «estudantado» universitário e posteriormente ao *status* social de «licenciado» [58]. Como dizem Nicole ABOUD e Serge BOSC, «a Universidade parece ser hoje um meio mais necessário que anteriormente para a manutenção do estatuto social das classes superiores» [58a]. Análoga transformação se produziu, seguramente, nas atitudes e valores do «grupo» III, porquanto, se assim não fosse, tornar-se-ia muito dificilmente explicável o impetuoso

---

[56] Vd. no Tomo III, vol. 1.º, do *IX Recenseamento Geral da População. 1950,* os Quadros n.os 4, 11 e 12.

[57] Vd. Pierre BOURDIEU et Jean-Claude PASSERON, *La Reproduction. Éléments pour une Théorie du Système d'Enseignement,* Paris, Ed. de Minuit, 1970, Apendice, pp. 256 e segs.

[58] Vd., a respeito, o artigo de Alfredo de SOUSA, «A evolução da sociedade portuguesa e a 'classe dos diplomados'», *Análise Social,* VI (22-23-24), 1968, pp. 475-491.

[58a] Cfr. Nicole ABOUD et Serge BOSC, «L'évolution du mouvement étudiant français», *Sociologie du Travail,* XII (4), Paris, Oct.-Déc. 1971, p. 354.

reforço, nele registado, da propensão feminina para frequentar as Universidades.

Inseridas no quadro dos mecanismos de funcionamento e evolução do sistema social português, tais modificações adquirem, *no «grupo» III (médio-alto),* o significado *sociológico* de uma tensão ascensional. No entanto, quando efectivada em movimento de elevação social, é provável que essa tensão se haja frequentemente limitado, conforme já o dissemos, a premiar, consolidar e/ou prolongar trajectos de mobilidade ascendente exteriores às Universidades, prèviamente percorridos pelas famílias dos estudantes. Simultâneamente, terá representado, para um número considerável de indivíduos provenientes das «classes médias tradicionais» («província»), a sua deslocação, a um tempo social e geográfica, para posições mais favoráveis que as dos seus agregados familiares de origem [59].

No «grupo» IV, as referidas alterações assumem, porém, uma outra significação. Aí, implicam um movimento de mobilidade educacional que, nos seus efeitos sociológicos, se traduziu certamente, por via de regra, não pròpriamente em mobilidade social, mas em maiores recursos sociais proporcionados aos seus membros para preservar, reforçar, converter e/ou valorizar (de qualquer modo: manter) o estatuto de superioridade já por eles efectivamente desfrutado na sociedade portuguesa. Nuns casos (lavradores, proprietários rurais, etc.), posições «tradicionais» superiores mais ou menos ameaçadas de declínio terão podido ser defendidas ou convertidas em posições mais sólidas, mais «modernas» e com «melhores perspectivas». Noutros casos (industriais, comerciantes, proprietários urbanos, etc.), o acesso a títulos académicos terá permitido valorizar e fortalecer posições de poder e prestígio, anteriormente fundadas apenas no privilégio económico, mas agora cada vez mais carecentes de se apoiarem também no privilégio educacional, em consequência quer da crescente pressão exercida pelas classes e camadas médias através da aquisição daqueles títulos, quer da não menos crescente relevância das funções desempenhadas no aparelho social da produção pelos técnicos com formação universitária, quer ainda da complexificação dos requisitos culturais da chefia nos escalões superiores da economia e da sociedade.

Recordemos que, em 1963/64, as famílias destes dois «grupos» não chegavam a abarcar 11 % do total das famílias portuguesas

[59] Comparando a repartição, por distritos *de naturalidade,* dos estudantes nascidos no Continente, com a distribuição, por distritos *de residência,* dos indivíduos com instrução superior residindo no Continente, já no artigo «Portugal, sociedade dualista em evolução», *Análise Social,* II (7-8), 1964, Quadro n.º 11, assinalámos um nítido movimento de translação de indivíduos dos distritos da «província» para os de Lisboa e do Porto, *através das* Universidades.

da Metrópole, ao passo que os seus filhos representavam 84 % (repartidos em partes sensìvelmente iguais por ambos os «grupos») da população estudantil das Universidades. Conjuguem-se estes dados com o que acabamos de expor — e ter-se-á enfim uma imagem, que não pode considerar-se inexpressiva, das funções sociológicas por então preenchidas pelo sub-sistema universitário no sistema social português.

Através das Universidades perpassava, sem dúvida, um movimento social ascendente, que encontrava no acesso a qualificações universitárias um instrumento socialmente necessário ou vantajoso para a sua confirmação ou o seu prosseguimento. Porém, sòmente uma fracção muito restrita desse movimento (fracção particularmente exígua no que respeita às classes trabalhadoras) provinha directamente das categorias sociais médias-baixas e inferiores. «Elevador social», as instituições universitárias eram-no de facto, mas essencialmente para quem, ou por condição tradicional ou por aquisição mais recente, já não residia nos andares baixos da sociedade. Concomitantemente com esse, outros movimentos transcorriam entretanto pelas Universidades: através deles certas categorias sociais, valorizando ou reconvertendo as suas posições, defendiam-se contra o risco ou o facto da sua própria regressão, enquanto outras obtinham novos meios e garantias de afirmação e robustecimento do seu estatuto e do seu poder.

6. Conclusão: Universidade e estrutura de classes

6.1 Acaso a situação que tentámos descrever se alterou substancialmente, depois de 1963/64, em resultado de uma «democratização» do recrutamento universitário? Não o cremos.

É certo que, conforme inicialmente recordámos, o número dos estudantes tem crescido a um ritmo incessantemente mais rápido, de tal forma que, no último decénio para o qual se dispõe de informação estatística (1959/60-1969/70), subiu de 18,3 para 40,4 milhares, registando assim um acréscimo de 121 %. Simplesmente: *57 %* desse acréscimo corresponderam a expansão dos efectivos universitários *femininos,* o que significa que o alargamento da massa estudantil tem vindo a ser principalmente ocasionado pela sua crescente «feminização» [60].

Num prazo de apenas sete anos — de 1962/63 a 1969/70 —, a taxa de «feminização» da população discente universitária elevou-se de *35 %* para *45 %*. Uma tão célere subida, que está a conduzir ràpidamente o sexo feminino para uma posição muito próxima da paridade quantitativa com o sexo oposto, julgamos

[60] No decénio referido, enquanto o número dos estudantes varões aumentou de apenas *76 %*, o das alunas ampliou-se de *221 %*.

necessário interpretá-la como um bom *revelador* de que na estrutura do recrutamento universitário português não se tem verificado sensível «democratização».

Com efeito, já em 1962 a taxa de «feminização» do «estudantado» nacional surgia manifestamente alta, quando confrontada com as de outros países [61]. Tal situação, parecendo à primeira vista indiciadora de condições particularmente favoráveis em Portugal quanto a acesso das mulheres à educação superior, afigurava-se por isso mesmo contraditória com o baixo nível comparativo da escolarização universitária no país [62]. Foi-nos, porém, possível explicá-la, noutro lugar [63], como resultante da conjugação de dois factores: por um lado, a forte propensão (a que já nos referimos) revelada pelas mulheres jovens das classes e camadas superiores e médias-altas para, com uma frequência cada vez menos inferior à dos homens das mesmas categorias sociais, realizarem estudos universitários; por outro, a «selectividade social» muito estrita do recrutamento estudantil, ou seja: o facto de serem proporcionalmente raros os estudantes das categorias médias-baixas e sobretudo os das classes trabalhadoras. Na verdade, se estes estudantes fossem mais numerosos, pesariam no sentido de imprimir à taxa de «feminização» *global* valores mais baixos, dado verificar-se neles, por compreensíveis razões, um predomínio quantitativo *masculino* nìtidamente mais vultoso (segundo o inquérito CODES: 73 % de homens entre os estudantes do «grupo» I, contra apenas 58 % entre os estudantes do «grupo» IV).

Que a participação percentual *feminina* nos efectivos estudantis originários das categorias médias-baixas e das classes trabalhadoras se haja mantido consideràvelmente mais limitada, após 1963/64, que a participação percentual *feminina* nos efectivos estudantis provenientes das classes e camadas médias-altas e superiores — eis uma suposição que entendemos poder, sem arrojo, tomar por certa em Portugal. Nestas condições, o facto de a «feminização» das Universidades ter continuado a progredir ao ritmo que indicámos só pode significar que a propensão feminil para realizar estudos universitários não tem cessado de se fortificar nas referidas classes e camadas médias-altas e superiores, *sem que paralelamente uma penetração francamente mais volumosa (em termos proporcionais) das Universidades pelas categorias médias-baixas e pelas classes trabalhadoras haja sequer podido obstar à acentuação do processo de «feminização» da população*

---

[61] Num total de 61 países, encontrámos 49 (ou seja: 80 %) — entre os quais não poucos dos mais desenvolvidos do ponto de vista socio-económico — onde a taxa de «feminização» da população universitária apresentava valores *mais baixos* (e na grande maioria dos casos, muito mais baixos) do que em Portugal. Vd. o Quadro n.º 10 do artigo citado, *supra*, na nota 53.

[62] Vd. *supra* a nota 42.

[63] Vd. o artigo supra-citado na nota 53, pp. 330-336.

estudantil globalmente considerada. Num país como Portugal, não se vê que uma Universidade povoada em 45 % por estudantes do sexo feminino possa não ser uma Universidade onde o ingresso permanece bàsicamente confinado às classes dominantes e aos estratos mais ou menos privilegiados da sociedade.

6.2 Tentemos, enfim, concluir. Tem-se dito da Universidade em Portugal, ùltimamente com insistência, que se trata de uma «Universidade de classe». O que acabamos de expor não permite pròpriamente confirmar ou infirmar a pertinência de tal asserto, porque este tem múltiplas implicações que não puderam ser aqui focadas [63a]. Ponto é, no entanto, que as características que nos foi possível apreender de certas funções sociológicas desempenhadas pelas Universidades no sistema social português implicam uma estreita relação do aparelho institucional universitário com a estrutura de classes do país.

Com efeito, exercendo essas funções, as Universidades concorrem sem dúvida e com eficácia para que a dinâmica social possa decorrer sem que na estrutura de classes vigente se produzam rupturas ou tensões difíceis de superar [63b]. Por um lado, reforçam a posição das classes dominantes, seja porque permitem incrementar o seu equipamento quanto a uma das componentes do prestígio e do poder cuja importância se avoluma (a instrução), seja porque lhes facultam a possibilidade de operarem, em condições mais favoráveis do que se a instrução universitária lhes faltasse, a sua reconversão social, quando esta se revela inevitável. Por outro lado, contribuem para que se criem, ao redor dos núcleos privilegiados centrais e a partir, quer das antigas, quer das recentes «classes médias», novos círculos favorecidos que, além de socialmente afins das classes dominantes (afinidade que provàvelmente a própria aquisição de idênticos níveis de instrução superior tende só por si a acentuar), lhes ficam por força mais ou menos estreitamente vinculados, em consequência tanto da sua própria origem social, como da sua ainda restrita dimensão. Esta última deve-se em grande parte, como algures assinalámos, à muito

[63a] Eis algumas outras linhas de pesquisa que seria importante explorar: origens sociais dos docentes universitários e suas relações com as respectivas carreiras académicas; funções cumulativamente exercidas por assistentes e professores em actividades extra-universitárias; significado ideológico «objectivo» dos conteúdos e lacunas do sistema universitário, dos planos de estudos adoptados nos diversos cursos e dos programas efectivamente praticados nas diferentes disciplinas; contribuição efectiva da prática pedagógica e dos valores institucionalmente dominantes nas Universidades para a perpetuação da estrutura de relações sociais vigente na sociedade global; etc.

[63b] O que evidentemente não significa que rupturas dessa natureza não possam vir eventualmente a produzir-se, ou até que tensões estruturais consideráveis não estejam já a verificar-se, em consequência de outros aspectos da dinâmica social a que a sociedade portuguesa se encontra presentemente sujeita.

baixa e decrescente produtividade interna do sistema universitário português, cujo *output* em licenciados se tem confinado, em anos recentes, a apenas cerca de um terço do seu *input* em alunos [64].

Denegando tal relação, tem-se arguido que, se outrora «a Universidade era dos ricos», no presente está a atravessar um processo de manifesta «democratização», claramente evidenciado pelo sólido e veloz incremento da população estudantil. Este argumento é, porém, invalidado pela análise precedente. Já o exame a que sujeitámos as origens geográficas dos estudantes nos havia autorizado a pensar que, até uma data recente, nenhuma alteração substancial tinha ocorrido, sob este aspecto, na configuração social do recrutamento estudantil universitário. Mas a consideração das origens sociais e da composição por sexos do «estudantado» mostrou-nos depois, com irrecusável nitidez, que alegar «democratização» não tem por ora fundamento.

Nada permite, de facto, dizer que, nas suas relações com a estrutura de classes, a Universidade está em Portugal a mudar de cariz. Decerto, *é possível* que a participação das «novas classes médias» na população universitária haja crescido no decurso dos últimos anos. Mas uma alteração dessa índole só verdadeiramente põe em causa a natureza daquelas relações quando ultrapassa, em referência às estruturas socio-económicas globais, limiares quantitativos muito altos [65], que tudo indica não haverem ainda sido atingidos na sociedade portuguesa [66]. Em definitivo, a única modificação até agora confirmada é de cunho «não-democrático»,

---

[64] Vd. o artigo supra-citado na nota 53, pp. 354 e segs.

[65] A este respeito, vejam-se Samuel BOWLES, «Contradictions de l'enseignement supérieur», *Les Temps Modernes*, n.º 301-302, Paris, Août-Sept. 1971, pp. 198-240; Raymond BOUDON, «La crise universitaire française: essai de diagnostic sociologique», *Annales*, 24ª Année, Paris, Mai-Juin 1969, n.º 3, pp. 738-763; Alain TOURAINE, *Le Mouvement de Mai ou le Communisme Utopique*, Paris, Ed. du Seuil, 1968. Entre BOUDON e TOURAINE desenvolveu-se uma polémica, cujas principais peças são, além das acima citadas, as seguintes: Raymond BOUDON, «Mai 68: Crise ou conflit, aliénation ou anomie?», *L'Année Sociologique*, Vol. 19, Paris, 1968, pp. 223-242, e «Analyse secondaire et sondage sociologique», *Cahiers Internat. de Sociologie*, XVII, Paris, Juil.-Déc. 1969, pp. 5-34; Alain TOURAINE, «Crise et conflit», *Cahiers Internat. de Sociologie*, XVIII, Paris, Jan.-Juin 1970, pp. 5-24. Vd. também o artigo de Nicole ABOUD e Serge BOSC supra-citado na nota n.º 58ª.

[66] Há que ter presente sobretudo que apesar do crescimento da população estudantil, a taxa de escolarização no ensino superior continua a ser baixa em Portugal. De facto, de acordo com cálculos da O. C. D. E, Portugal ocupava, no que respeita ao valor médio dessa taxa no período 1961-1965, *o 19.º lugar entre 20 países membros da Organização*, nos quais se registavam os valores seguintes: E. U. A.-368 ‰; Canadá-202; França-145; Bélgica-127; Dinamarca-126; Holanda-123; Jugoslávia-113; Suécia-112; Reino-Unido-109; Japão-102; Finlândia-99; Irlanda-95; Itália-90; Áustria-83; Alemanha Ocid.-75; Grécia-73; Suíça-72; Espanha-61; Portugal-45; Turquia-35. Faltam os dados àcerca do Luxemburgo e da Noruega. Cfr. O. C. D. E., Comité du Personnel Scientifique et Technique, *Conférences sur les Politiques d'Expansion de l'Enseignement* (1970), *Rapport de Base N.º 1*, Tableau XVII, p. 34.

porquanto se traduz em que aqueles que em grau máximo ou mais ou menos apreciável já dispunham de outros privilégios sociais procuram actualmente, mais do que antes, o privilégio da cultura universitária — permanecendo normalmente excluídos dela os demais.

Acrescentemos apenas que, em estudo precedente [67], tivemos oportunidade de mostrar que as próprias normas, estruturas formais e condições de funcionamento dos organismos universitários portugueses contribuem significativamente para essa exclusão, de tal modo que as Universidades podem ser justamente consideradas em Portugal como um factor institucional de consolidação e reforço das desigualdades sociais no acesso à instrução superior.

Novembro de 1971

[67] Vd. a Secção 1.ª («A participação das Universidades na 'selecção social' dos estudantes») do já citado artigo «O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento», *Análise Social*, VI (22-23-24), 1968, pp. 387-404.